

**Publicidade de remédios  
deve obedecer novas  
regras da Anvisa**

página 13

**Agricultura orgânica e  
turismo rural mantém  
população no campo**

páginas 10 e 11



# ZERO

FLORIANÓPOLIS, JULHO DE 2009 - CURSO DE JORNALISMO ANO XXVII, NÚMERO 3

## Prefeitura conclui 12% das ações no Maciço

Obras de infraestrutura urbana têm atraso de três meses

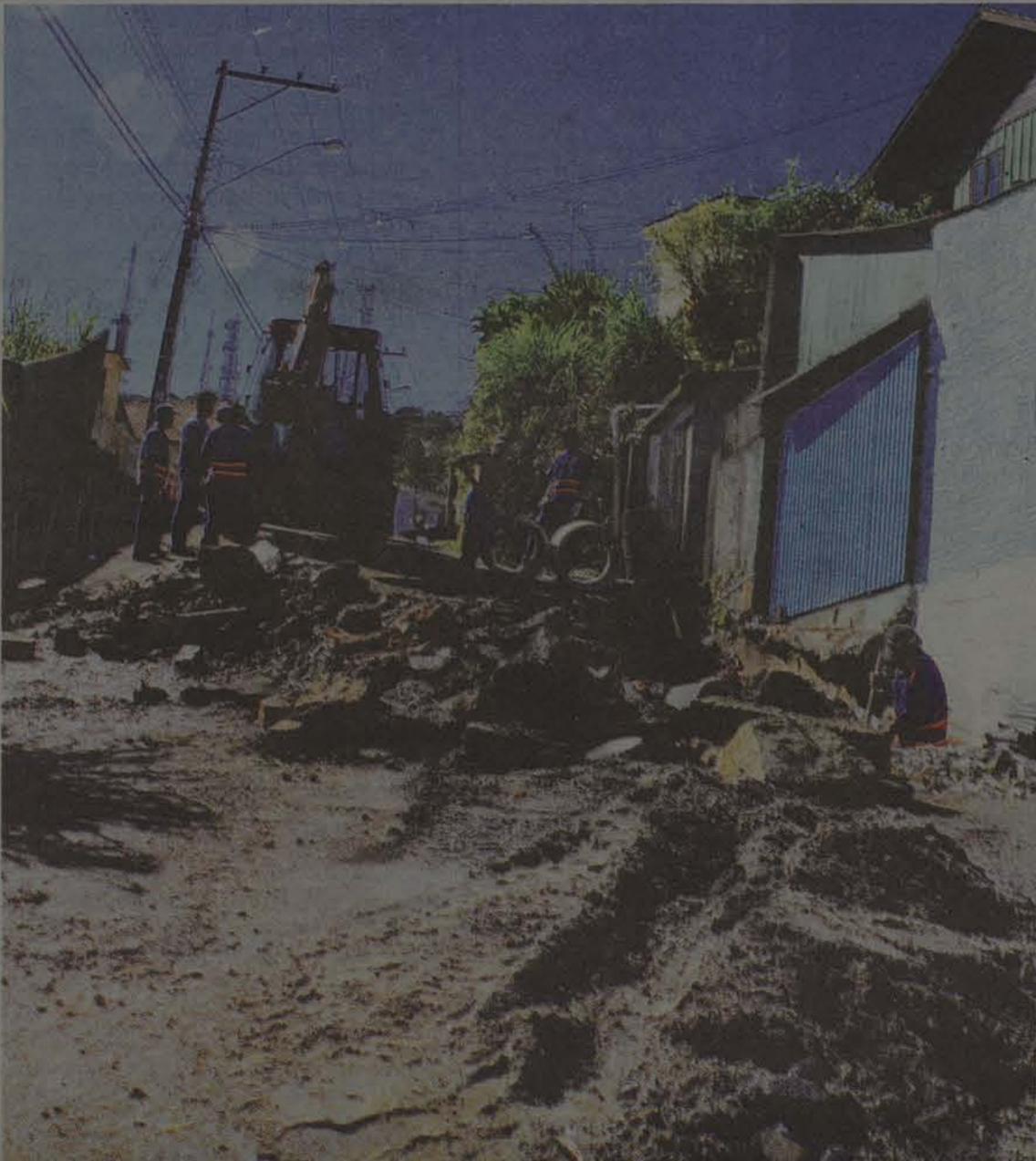
O Projeto Maciço do Morro da Cruz, iniciado no final de março de 2008, prevê obras de saneamento básico, distribuição elé-

trica, transporte e habitação. As outras ações incluem ainda a criação de um parque de conservação ecológica e frentes de

desenvolvimento social — como cursos de capacitação e mutirão de limpeza.

página 8 e 9

Lúcia Lunardi



## Jornalista sem diploma, um retrocesso legalizado

No último mês de junho, o Supremo Tribunal Federal (STF), por oito votos a um, decidiu que o diploma de jornalista não é mais necessário para exercer a profissão. A decisão irrevogável evidencia o desconhecimento dos magistrados sobre o tema.

Entre os argumentos questionados estava que a obrigatoriedade do diploma restringe a liberdade de expressão. Ai se esquece que os espaços destinados a artigos, colunas, entre outros, são feitos por colaboradores que não precisam ter diploma de jornalistas. Esses são os espaços de opinião dentro dos jornais. Como já dizia Cláudio Abramo, não existe liberdade de imprensa e sim, de empresa. A discussão de liberdade que o ministro propõe passa por outra esfera: a de democratização da comunicação, em que se devem discutir, por exemplo, como facilitar a criação de rádios comunitários ou a divisão do espectro magnético nas empresas de televisões e rádios.

A desregulamentação da profissão de jornalista também abre o debate sobre o papel

da formação acadêmica. Em qualquer profissão, não apenas no jornalismo, ter concluído um curso de graduação não é atestado de competência. No entanto, os quatro anos dedicados à formação teórica e prática permitem um questionamento quase cotidiano da produção jornalística. Os estudantes lidam não apenas com questões técnicas e sim com questões humanísticas também. As pesquisas realizadas em Jornalismo, que crescem a cada ano, também ajudam a justificar a necessidade de formação que não seja meramente prática para exercer a profissão.

A decisão do STF é um retrocesso na educação brasileira. Desregulamentar a profissão não é o melhor caminho para a produção de um jornalismo com mais qualidade. O que deveria ser feito é aumentar a fiscalização e avaliação dos cursos nas universidades, com o intuito de melhorá-los. Para que assim as escolas estejam cada vez mais aptas a formarem profissionais que lutem pela liberdade de expressão, que é o dever de todo jornalista.

Meio Ambiente

## Exploração de fosfato ameaça Mata Atlântica de Anitápolis

Carlos Santos

A empresa IFC já possui licença ambiental prévia, emitida pela Fatma, para explorar a jazida do minério na cidade. Enquanto os moradores apoiam o projeto, ambientalistas denunciam os riscos da instalação da mina.

página 7



O UNIVERSITÁRIO e a leitura nas férias

Daiana Meller



- O jornalista Delmar Goulart sugere para as férias o livro "Fama e Anonimato" de Gay Talese. Goulart lembra que o autor foi sucesso em Paraty, mas não é de hoje que serve de referência para quem gosta de reportagem.

- "A cabeça de Steve Jobs" do autor Leander Kahney é a dica do estudante da nona fase do curso de Administração da UFSC, Vítor R. S. Araújo, 23 anos. A obra reúne as lições empresariais de Jobs, que é considerado um líder nas indústrias da tecnologia de informação e entretenimento.

- Para quem gosta de questões ambientais, a sugestão de Márcio C. Cardoso da Silva, 41 anos, Mestre em Engenharia Ambiental pela UFSC e especialista em Hidrologia é o livro "As conexões ocultas", de Fritjof Capra. A obra fala da ciência para uma vida sustentável e aborda problemas do meio ambiente do século XXI.

- O estudante da quinta fase de arquitetura da UFSC e sétima do Design da UDESC, Eduardo Kowalski, 23 anos, diz que o livro "História Crítica da Arquitetura Moderna", de Frampton Kenneth, é uma ótima pedida nas férias para os amantes das artes. De fácil leitura, a obra é base para conhecer um pouco da história da arte e arquitetura recentes, afirma o estudante.

CARTAS

As edições estão disponíveis em [www.zero.ufsc.br](http://www.zero.ufsc.br). Comentários, críticas e sugestões podem ser enviadas para [zero@cce.ufsc.br](mailto:zero@cce.ufsc.br).

Recebi o exemplar do Zero em minha residência no Bairro Agrônoma. Gostei do conteúdo, das matérias uma que me chamou a atenção é a que fala sobre o Remo. Peço, caso seja possível, que me enviem por e-mail, toda a matéria com fotos. Estarei fazendo uma divulgação tanto do Jornal que teve a sensibilidade de perceber os "esquecimentos" para este esporte tão tradicional. Atenciosamente,

Paulo Fonseca

Conheci o jornal por acaso em um café. Gostei das pautas, da diagramação e tudo o mais. Li a matéria sobre o Exupéry em Floripa e seria muito bom tê-la em pdf, já que não pude levar o exemplar impresso. Se puderem publicar a edição de junho agradeço muito. Abraços e parabéns pelo trabalho,

Felipe Obrer

CARTA AO LEITOR

Uma experiência de valor

Desde o início de março os estudantes de jornalismo do sexto período da UFSC puderam, enfim, presenciar a prática do exercício da profissão no jornal impresso. A experiência de poder produzir um jornal laboratório como o ZERO põe os estudantes em contato com situações que serão corriqueiras no cotidiano da profissão.

A escolha de qual informação colocar no jornal, qual a fonte ideal para falar sobre o assunto, quais perguntas responderão às dúvidas dos leitores são circunstâncias com as quais nos deparamos na produção dessas três edições.

Apesar de problemas de infraestrutura, como falta de bons computadores, pontos de internet insuficiente para atender todos os alunos ou, ainda, ausência de telefone à total disposição da redação, as edições do ZERO desse semestre obedeceram ao padrão de qualidade das anteriores. A preocupação com a veracidade dos fatos, o compromisso com os temas de interesse público e a isenção continuaram sendo prioridades.

Muitas foram as dúvidas, ansiedades e

preocupações dos estudantes que produziram o ZERO nesse semestre, mas um fato certamente ficará marcado. Coincidentemente, foi em um dos momentos de maior aprendizagem dentro do curso de jornalismo que a equipe se deparou com a aprovação da não obrigatoriedade do diploma pelo Supremo Tribunal Federal, o que gerou polêmica e insegurança entre os alunos.

Os estudantes que passaram pelo ZERO, ou qualquer jornal laboratório, sabem da responsabilidade que envolve a produção de um material como este. É com essa idéia, de compromisso com a veracidade da informação, que nós nos despedimos do jornal ZERO. Desejamos que os próximos estudantes que por aqui passarem continuem com o propósito do jornal, de tornar público assuntos de real importância para a população.

Aos leitores que nos acompanharam nesse semestre, o nosso muito obrigado. Esperamos ter contribuído de alguma forma. E que as próximas edições também estejam abertas para receber sugestões e críticas dos leitores, como acontece até hoje.

CHARGE



Sobre o chargista

Philipi Schneider, 23 anos, é estudante de Design Gráfico na UDESC. Atualmente trabalha no setor de Tecnologia da Informação na Prefeitura de Biguaçu. Para entrar em contato com o autor, escreva para o e-mail [phil.scr@gmail.com](mailto:phil.scr@gmail.com)

Para os chargistas

Se você é daqueles que quando lê uma notícia logo a imagina numa charge, desenhe para o ZERO e envie para [zero@cce.ufsc.br](mailto:zero@cce.ufsc.br). Sua charge pode ser publicada nesse espaço e fazer parte das próximas edições do jornal.

ZERO NO TEMPO

ZERO

Florianópolis, Julho de 2009  
EM COLABORAÇÃO COM O XXII CONGRESSO NACIONAL  
**JORNALISTAS EXIGEM A DEMOCRATIZAÇÃO**  
"Os jornalistas brasileiros, deturpados, desleais e sem vocação para manifestar a luta pela efetiva democratização dos meios de comunicação com uma multiplicidade de ações, que incluem artigos, artigos populares e denúncias. Consideramos que a informação não pode ser tratada como mercadoria nas mãos de grupos empresariais, mas deve, sim, ser um bem público, a serviço da comunidade, honrando os direitos da cidadania."



Cinco páginas de América Latina nesta edição. As UTIs de Florianópolis estão em coma.

Retornar falou. Veja o quê e como, na página 4.

Há 21 anos o ZERO publicou a manchete "Jornalistas exigem a democratização". O jornal saiu em junho de 1988 e se referia ao XXII Congresso Nacional da classe, em Goiânia. O apelo dos profissionais era para que setores populares e democráticos entrassem juntos em uma luta efetiva para a democratização dos meios de comunicação.

Um dos objetivos era exercer pressão sobre as votações da Nova Constituição e intervir na elaboração das leis relativas à concessão de canais de rádio e televisão. No editorial do mesmo exemplar, o título "Informação é um bem público" e a frase "Consideramos que a informação não pode ser tratada como mercadoria nas mãos de grupos empresariais, mas deve sim, ser um bem público a favor da comunidade, baseado em rígidos princípios éticos" justificavam o apelo da classe.

Mais de 200 jornalistas, estudantes de comunicação e observadores de outras categorias participaram do evento. Em cinco dias de Congresso entre debates e votações, os jornalistas brasileiros deliberaram um conjunto de princípios e projetos expressos, a chamada carta de Goiânia.

Hoje, julho de 2009, o jornal laboratório ZERO traz na capa um editorial lamentando a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de aprovar a não obrigatoriedade do diploma para a profissão de jornalista. Mais uma vez o ZERO se posiciona diante de uma polêmica de extrema importância para a população brasileira.

\*\*\*\*\*  
**ZERO**

JORNAL LABORATÓRIO ZERO  
Ano XXVII - Nº 3 - Julho de 2009  
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC  
Fechamento: 14 de julho

Curso de Jornalismo - CCE - UFSC - Trindade  
Florianópolis - CEP: 88040-900  
Tel.: (48) 3721-6599/ 3721-9490  
Site: [www.zero.ufsc.br](http://www.zero.ufsc.br)  
E-mail: [zero@cce.ufsc.br](mailto:zero@cce.ufsc.br)

**REDAÇÃO** Alexandre Lunelli, Aline Fernandes, Bruna de Paula, Camila Augusto, Carlos Santos, Daniel Ludwich, Diego Kerber, Gustavo Bonfiglioli, Juliana Passos, Luis Henrique Knihs, Lígia Lunardi, Risa Stolder, Thaís Goes  
**EDIÇÃO Capa e Opinião** Débora Oliveira **Entrevista** Rodolfo Espinola **Política** Lívia Freitag **Economia** Lívia Freitag e Bruna de Paula **Educação** Talita Fernandes **Especial** Luis Henrique Knihs **Cultura** Pedro Santos **Saúde** Deborah Salves **Contracapa e Imagem** Gustavo Bonfiglioli **FOTOGRAFIA** Alexandre Lunelli, Carlos Santos, Daiana Meller, Gustavo Bonfiglioli, Joana Caldas, Lígia Lunardi, Luis Henrique Knihs, Rodolfo Espinola  
**EDITORAÇÃO** Alexandre Lunelli, Diego Kerber, Gregório Lameira, Gustavo Bonfiglioli, Joana Caldas, Juliana Passos, Lígia Lunardi, Pedro Santos, Rafaella Volkmann, Risa Stolder, Rogério Moreira Júnior, Rodolfo Espinola, Talita Fernandes **INFOGRAFIA** Felipe Franke, Gregório Lameira, Rafaella Volkmann e Rogério Moreira Júnior  
**COLABORAÇÃO** Matheus Farias, Paula Reverbel, Philipi Schneider **PROFESSOR-COORDENADOR** Tatiana Teixeira DRT/BA 1766 **COORDENAÇÃO GRÁFICA** Sandro Lauri Galarça DRT/RS 8357 **MONITORIA** Annelize Conti e Cristiane Barrionuevo **IMPRESSÃO** Diário Catarinense **CIRCULAÇÃO** Nacional **TIRAGEM** 5.000 exemplares



Melhor Peça Gráfica I, II, III, IV, V e XI Set Universitário / PUQ-RS (1988, 89, 90, 91, 92 e 98)  
Melhor Jornal-Laboratório no I Prêmio Foca Sindicato dos Jornalistas de SC 2000  
3º melhor Jornal-Laboratório do Brasil EXPOCOM 1994

Fotos: Rodolfo Espinola



Vera Regina Pereira de Andrade, pós-Doutora em Direito Penal e Criminologia pela Universidade de Buenos Aires, é professora do Curso de Pós-Graduação em Direito da UFSC. Atua nas linhas de pesquisa de controle social, sistema penal, cidadania e direitos humanos. Também presta assessoria para o Ministério da Justiça em trabalhos relacionados à questão criminal.

# Segurança continua presa a mitos

Desde o início do ano, o Ministério da Justiça está promovendo conferências em diversos locais do país para estimular o debate sobre a segurança. Em agosto, Brasília vai sediar a primeira Conferência Nacional de Segurança Pública, onde serão apresentados os resultados dos eventos anteriores. Vera Regina de Andrade, uma das integrantes da comissão organizadora em Santa Catarina, conversou com o **ZERO** sobre os problemas do sistema penitenciário brasileiro e a falta de foco nas discussões sobre o tema.

**Z**ERO - Hoje podemos verificar que o sistema penitenciário enfrenta diversos problemas. A conferência se preocupa em melhorar esta situação?

A conferência é um conjunto de promessas e eu acompanho bem criticamente esse processo. Participei desde o início, fiz parte da comissão de especialistas que discutiu a concepção da conferência e fiz muitas críticas ao encaminhamento à prisão.

A concepção do sistema penitenciário é ultrapassada, ainda se baseia na ideia de que é possível ressocializar os presos. A ressocialização é um mito. Ela não é e nunca foi a função real da prisão, que é o controle de classes. Um lugar de produção dos criminosos, não de salvação. Nenhuma instituição fechada jamais vai ter o poder de ressocializar ninguém, até porque, se tem que haver uma ressocialização é da própria sociedade que produz os seus criminosos. O que precisamos fazer é garantir condições mínimas de aprisionamento.

**Quais seriam estas condições?**

Condições que respeitem os direitos humanos. Na verdade, a prisão não é apenas a privação da liberdade, mas de todos os outros direitos e necessidades reais, até a vida. Ela deveria assegurar garantias como saúde, educação e trabalho digno. Isso não é ressocialização. São direitos mínimos para uma pessoa que está privada apenas de liberdade. Como uma prisão vai preparar alguém para um mercado, onde há desemprego estrutural, o ensinando a tecer bolinhas? Isso não é formação, é laborterapia. Uma atividade para a pessoa conseguir suportar o tempo, o ócio, a dor da prisão.

**E qual política seria ideal?**

Definitivamente seria investir em menos prisões. Criar penas alternativas. Quem é que lota as prisões hoje? Mais de 70% são condenados por crimes patrimoniais – furto, roubo e tráfico. O que temos hoje é uma criminalização da pobreza, pessoas de baixo estrato social que são vulneráveis a serem criminalizadas. A prisão é uma exclusão social. Demarca as pessoas desconstruindo a biografia de um sujeito para poder construir uma de criminoso. O sujeito assimila a etiqueta e assume o estigma. Isso é um tipo de violência intersubjetiva muito clara que todas as instituições fechadas produzem. A função do hospício é produzir o louco, a do hospital, o doente, e das prisões, o criminoso.

Nós temos que enfrentar decisivamente isso. Vamos continuar usando prisão e genocídio? Porque a prisão mata e isso tem que ser dito. Mais do que violar os direitos humanos, a prisão é uma forma de pena de morte indireta. Funcionam como extermínio puro.

**Como se dá esse extermínio?**

Entre presos, entre policiais e encarcerados, externos com presos e familiares de presos. As famílias

cumprem pena junto com eles. Elas sofrem perseguições, são violentadas, os amigos se afastam, perdem emprego e têm dificuldade para encontrar outro.

Na periferia, a polícia entra e mata. Funciona na base do extermínio. Começamos matando os índios, depois os escravos, continuamos a matar na ditadura e hoje, na sociedade republicana, seguimos matando os presos e os potenciais presos. A prisão mata no Brasil e vemos isso com naturalidade, falando de ressocialização. Os debates nem discutem as causas das mortes.

**Quais penas alternativas seriam eficazes para reduzir estes problemas?**

Prestação de serviços à comunidade, um trabalho real, dar assistência a instituições de caridade, a velhos, a asilos, a crianças. Oferecer uma formação.

A prisão é seletiva e estruturalmente desigual. É preciso diminuir a prisão para crimes contra o patrimônio e descriminalizar qualquer produção e consumo de drogas definidas como ilegais. Deslocar isso para um controle sanitário, como é com o cigarro, álcool e fármacos.

**Como a descriminalização das drogas poderia ajudar?**

Ocorrem mais mortes com a criminalização. O tráfico produz um genocídio em massa. É uma forma genial dos Estados Unidos continuarem exercendo seu poder imperial, dar um uso para a indústria bélica ociosa após o fim da Guerra Fria. Uma indústria que não produz mais armamento para lutar contra o comunismo, mas produz o sistema penitenciário que é vendido para encarcerar os criminalizados pelo uso das drogas. Estes são os andinos, os latinos, os imigrantes. Ou seja, a criminalização tem uma funcionalização fantástica para o poder econômico global e sobretudo norteamericano. Além de fomentar o fantástico mercado informal que movimenta milhões de dólares.

Então tem toda uma engenharia construída, um grande império em torno da criminalização das drogas. Isso está narrado em pesquisas muito boas que demonstram como a construção bélica do novo inimigo permite aos Estados Unidos satanizar a América Latina e manter um discurso de defesa das suas classes médias e altas, vitimizadas pelo tráfico cuja origem é nossa. A criminalização do tráfico é um problema político sério. Além disso, tem o terrorismo, que é o segundo grande inimigo externo.

**Falando em Estados Unidos, há debates no Brasil sobre a implantação de julgamentos através de videoconferência e utilização de pulseiras eletrônicas. Como você encara essas iniciativas?**

Julgamento feito à distância, vender pulseira, chip, monitorar presídios. Isso é o modelo norte-americano e faz parte da política criminal como espetáculo. A utilização da pulseira tem várias inconstitucionalidades. Ela é um artefato estigmatizante e a constituição diz que não teremos pena difamante. Eu considero a prisão difamante e cruel. A pulseira é uma pena e não adianta dizer que não é, que é apenas uma maneira de executá-la. Ela é uma pena duplicada e inconstitucional. A pessoa estará cumprindo a pena da prisão e a pena de andar livre.

A segurança é um dos temas que mais vende no mundo. Por trás disso, há um mercado gigantesco de empresas privadas em que muita gente está ganhando dinheiro.

**No Brasil, há poucos casos de privatizações no sistema penitenciário. Há uma justificativa?**

A nossa tradição é diferente dos EUA. A prisão aqui é um elefante branco que assusta até o mercado. É um modelo que não vingou, os empresários veem mercados mais atraentes no país e acho isso muito bom que isso não tenha acontecido.

O privado pode maquiar a violência do sistema penal. O poder punitivo é do Estado.

A tese da privatização tem amplo respaldo popular, pois é vista como eficiente na execução da pena e como um antídoto do medo. Estes são dois apelos fortes para a legitimação do privado. Daqui a pouco o privado não estará apenas fornecendo marmitta para os presos, vendendo pulseira e videoconferência. Eles começarão a aplicar pena. Nosso senso comum está refém das ilusões que nos são vendidas com facilidade e amplo apelo midiático.

**Na sua opinião, quais medidas imediatas devem ser tomadas para melhorar o sistema no país?**

Sempre trabalho com três eixos: a radical legalização e descriminalização da produção, comercialização e uso de drogas; penas alternativas para crimes patrimoniais como furto e roubo; e controle rigoroso do aprisionamento provisório.

O grande motivo da superpopulação dos presídios latino-americanos é o fenômeno do aprisionamento provisório. Santa Catarina segue esse padrão. O estado não tem defesa pública, a advocacia dativa não funciona e ninguém consegue fazer nada porque os burocratas não permitem. Se não mexermos nisso urgentemente, não teremos discussão nenhuma para fazer dentro do sistema penitenciário.

Thais Goes

# Estudantes da USJ reclamam por sede

Enquanto aguardam o término da construção do prédio, alunos têm aulas em colégios públicos de São José

Joana Caldas

Depois de três anos em funcionamento, o Centro Universitário de São José (USJ) ainda não possui sede própria. O prédio está em construção na Avenida Beira Mar de São José para abrigar a instituição e o Colégio de Aplicação. Alunos da universidade, reunidos no Movimento Pró-USJ, questionam a possibilidade de o edifício ser utilizado para atividades administrativas da prefeitura do município. As obras tiveram início em julho de 2006 e o prazo previsto para conclusão era de 540 dias. O orçamento estimado é de R\$ 19.900.832,14.

O movimento, organizado por estudantes do centro universitário, surgiu para esclarecer determinações sobre a instituição. Entre os objetivos apontados pelos integrantes está "trazer à tona questões que circulavam como boatos pelos corredores da Instituição". Os alunos fizeram atos públicos nos dias 9 e 27 de junho para questionar a prefeitura sobre o assunto e dar visibilidade ao movimento. A prefeitura não fez nenhum pronunciamento oficial.

A reitora da USJ, Solange Sprandell, afirma que a decisão sobre o uso do prédio só será tomada a partir do término da fiscalização, ainda em andamento. "Nós estamos ocupando um espaço que poderia ser utilizado por turmas do EJA [Educação de Jovens e Adultos], por exemplo", afirma a aluna Caroline Azevedo, do Centro Acadêmico de Pedagogia e participante do movimento Pró-USJ.

Até agora, 66% da obra do prédio principal – onde estão as salas de aula, anfiteatro, laboratórios e parte administrativa – já está construída. Além do prédio principal,

haverá equipamentos como ginásio e parque de diversão. Apenas 43% do projeto foi concluído. A construção é administrada pela Secretaria Municipal de Educação e pela Secretaria Municipal de Obras e conta com recursos da Fundação de Educação Básica (Fundeb) e da prefeitura.

A USJ iniciou suas atividades em 2006 e atende 893 alunos em quatro cursos de graduação – Ciências da Religião, Administração, Ciências Contábeis e Pedagogia. Os três últimos são reconhecidos pelo Conselho Estadual de Educação. O centro universitário reserva 70% de suas vagas para estudantes originários do ensino médio da rede pública de São José.

Sem um prédio próprio, a USJ possui as sedes administrativa e pedagógica separadas. A primeira localizada no Kobrasol e, a segunda, no Centro Educacional Municipal Antônio Francisco Machado, em Forquilha. As aulas do curso de Pedagogia são ministradas no Colégio Estadual Maria José Barbosa Vieira, localizado no bairro Praia Comprida.

O movimento Pró-USJ também protesta contra uma possível privatização do centro universitário. De acordo com depoimento do Secretário do Desenvolvimento Econômico, Édio Vieira, ao jornal *São José em Foco*, "a Universidade de São José é inviável financeiramente. O município não tem capacidade de mantê-la". No orçamento deste ano, foram destinados R\$ 4.288.209,00 para a Fundação educacional de São José, mantenedora da USJ, o que corresponde a 0,89% do orçamento total da cidade, que é R\$ 477.152.369,00.

A reitora da universidade afirma



O Centro Universitário, em funcionamento há três anos, aguarda conclusão do prédio que abrigará a sede da instituição e o Colégio de Aplicação

que não existe possibilidade de privatização. De acordo com ela, a autonomia financeira será realizada por meio de busca de fundos em âmbito federal e através de parcerias privadas ou com o Governo do Estado, mas sem que isso signifique desvinculação do município.

## Falta autonomia

A USJ está vinculada à Fundação Educacional de São José (Fundesj) e ainda não possui a autonomia administrativa prevista no artigo 53 da Lei das Diretrizes de Base, que determina, dentre outras coisas, que o centro universitário pode aprovar e executar

"projetos de investimentos referentes a obras, serviços e aquisições em geral". Sprandell diz que estão sendo tomadas medidas para adequação às determinações do artigo.

No dia 15 de junho, foi enviado à Câmara Municipal um projeto de lei que prevê a reordenação dos recursos humanos do centro universitário para que haja empregos de carreira e não apenas cargos comissionados, da forma como ocorre hoje. Não há, por exemplo, eleição para reitoria, o ocupante do cargo é indicado pelo prefeito.

Aline Fernandes

## Histórico

- Em 26 de abril de 2005, o Prefeito Fernando Elias assina a Lei Municipal nº 4.279, e é criada a USJ.
- 2006 - início das aulas.
- Julho de 2006 - início da construção da sede da USJ
- No fim de 2008, forma-se a primeira turma de Ciências Contábeis
- No primeiro semestre de 2009, inicia-se o curso de Ciências da Religião, ainda não reconhecido pelo Conselho de Educação do Estado.
- Em 2009, ainda não há sede própria da USJ.

# Universidades com programa de cotas recebem bolsas Pibic

As bolsas de iniciação científica são para alunos que ingressaram nas instituições através de Ações Afirmativas

O resultado do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic) para Ações Afirmativas foi divulgado na página do Conselho Nacional para o Desenvolvimento de Ciência e Tecnologia (CNPq) no dia 10. As 600 bolsas foram distribuídas entre 47 universidades e institutos de pesquisa. O programa é uma cooperação entre CNPq, Ministério de Ciência e Tecnologia e a Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República. Neste primeiro edital, puderam se inscrever apenas universidades públicas, com programas de ações afirmativas e participantes do Pibic.

No estado, foram contempladas

as duas instituições com programas de inclusão, o Instituto Federal de Santa Catarina (IF-SC), antigo Cefet, e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). O instituto ficou com duas vagas e a universidade com 20. Podem participar do programa, exclusivamente, alunos que ingressaram através de ações afirmativas e com índice acadêmico maior ou igual à média do seu curso.

O critério para a distribuição das bolsas é de responsabilidade de cada instituição. No caso da UFSC, a escolha dos 20 bolsistas será feita a partir da classificação do edital Pibic 2009/2010 da universidade.

O edital utilizado como critério de

seleção invalidou o pedido da Comissão de Ações Afirmativas da UFSC por uma porcentagem destas vagas. O presidente da comissão, Marcelo Tragtenberg espera que ano que vem isso seja possível. "Esse programa ainda é muito novo no país e precisa ser estudado e aperfeiçoado", justifica Tragtenberg.

No caso do IF-SC, a pró-reitora de pesquisa e pós-graduação, Maria Clara Schneider, declarou que um edital específico será aberto para selecionar os projetos e os bolsistas dos dois cursos de graduação que a instituição possui.

## Pibic

O Pibic foi criado em 1988 em

uma reunião do conselho deliberativo do CNPq. Os objetivos do programa são estimular o desenvolvimento do pensamento científico e promover a iniciação à pesquisa de estudantes de graduação. Para poder fazer parte do programa, a instituição precisa ter pesquisadores de dedicação exclusiva em seu quadro permanente, com títulos de doutores ou equivalente e que tenham uma expressiva produção científica.

Os alunos interessados não podem ter outro emprego e precisam cumprir as normas estabelecidas no edital da sua universidade. De forma geral, é necessário ter um bom rendimento escolar, com notas altas

e apenas uma reprovação durante o período em que recebê-la. O PIBIC possibilita ao aluno a aprendizagem de técnicas e métodos de pesquisa, o que pode facilitar o seu ingresso em um curso de pós-graduação.

A bolsa Pibic é de R\$ 300 e segue a Tabela de Valores de Bolsas no país, instituída através da resolução normativa RN-026 de 2006. Desde então não sofreu reajustes e está abaixo dos valores pagos por outras bolsas. Os estagiários da UFSC, por exemplo, recebem R\$ 365 mais R\$ 132 de vale transporte.

Juliana Passos com colaboração de Rodolfo Espínola

# Fim da exigência do diploma de jornalismo gera controvérsias

Novas propostas de regulamentação tentam rebater argumentos do Supremo Tribunal Federal de que obrigatoriedade fere liberdade de expressão e informação

Após a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que derrubou a obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão de jornalista, no dia 17 de junho, quatro novas tentativas de regulamentação estão sendo elaboradas. Dentre elas, três são Propostas de Emenda à Constituição (PEC). A primeira delas foi protocolada no dia 1º de julho pelo senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) e a segunda, pelo deputado Paulo Pimenta (PT-RS), em 8 de julho. A terceira PEC, do deputado José Airton Cirilo (PT-CE), ainda está em fase de coleta de assinaturas.

Todas essas propostas alteram o parágrafo 1º do artigo 220 da Constituição Federal, que estabelece que "nenhuma lei conterá dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de expressão", que inclui a exigência do diploma para o exercício da atividade jornalística.

O processo de aprovação de uma PEC é mais complexo do que o de um Projeto de Lei. A proposta, depois de ser analisada por uma série de comissões, deve ser aprovada pela Câmara dos Deputados e pelo Senado, com três quintos dos votos. Caso seja rejeitada, a proposta é arquivada e não pode mais ser apresentada na mesma legislatura.

A quarta tentativa de regulamentação da profissão de jornalista é o Projeto de Lei 5592/2009 do deputado Miro Teixeira (PDT-RJ). Caso aprovado, o projeto prevê a obrigatoriedade do diploma para o registro profissional, mas garante exceção para colaboradores, desde que não possuam vínculo empregatício com a empresa jornalística, e provisionados – pessoas que possuem conhecimento prático reconhecido.

Em entrevista ao Portal Imprensa, o jornalista Ricardo Kotscho afirma achar "ótimo que, finalmente, a Justiça tenha tomado uma decisão, ao que parece, definitiva". Kotscho diz ainda que "com o fim da Lei de Imprensa, que todos queriam, e da desregulamentação da profissão, sem colocar nada no lugar, o exercício do jornalismo agora virou uma terra sem lei".

Assim como Kotscho, jornalistas como Juca Kfourir, da ESPN, Eugênio Bucci, professor da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo e empresas como as *Organizações Globo*, *Grupo Folha* e *Grupo Estado* manifestaram-se a favor da queda do diploma. Em editorial, o jornal *Diário Catarinense*, veículo de maior circulação em Santa Catarina, afirmou que o curso de graduação continuam im-

portantes e que continuará contratando seus profissionais em escolas de Comunicação. "O que não cabe mais é a reserva de mercado que fazia do diploma a única alternativa de acesso à profissão", explicou o jornal.

O presidente nacional da OAB, Cezar Britto, opinou em entrevista à Agência Brasil que "a decisão do STF não observou corretamente qual é o papel do jornalista e a sua função na defesa da liberdade de expressão". Para Britto, a independência e a qualidade necessárias ao correto trabalho jornalístico são "obtidas somente com diploma e com o registro no Ministério do Trabalho. O primeiro garante a qualidade técnica e o segundo a qualidade ética."

## Outra proposta

A Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) propõe a criação de um Conselho Federal de Jornalismo, órgão independente com a função de orientar e fiscalizar o exercício da profissão nos mesmos moldes da Organização dos Advogados Brasileiros (OAB).

O projeto de lei 6.817, de 2002, que previa a criação deste conselho, foi reprovado na câmara dos deputados em 2004, também sob argumento de que seria uma tentativa de controle da atividade jornalística e isso afetaria a liberdade de expressão. O projeto previa punições para os profissionais que cometessem irregularidades, que poderiam ser advertência, suspensão ou anulação do registro profissional.

O ponto mais controverso da decisão do STF foi o argumento utilizado pelo ministro Gilmar Mendes, presidente do tribunal, de que a exigência do diploma vai contra a Constituição Federal, pois seria uma afronta ao direito de liberdade de expressão e informação. Mendes lembrou que o Decreto-lei nº 972/69, que regulamenta a profissão, foi instituído durante o regime militar com o objetivo de afastar das redações de jornais os políticos e intelectuais contrários à ditadura.

Na votação, no dia 17 de junho, por oito votos a um, os ministros do STF consideraram procedente um recurso protocolado pelo Sindicato das Empresas de Rádio e Televisão de São Paulo (Setesp) e pelo Ministério Público Federal (MPF) contra uma decisão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, que defendia a necessidade do diploma para o exercício da profissão.

Alexandre Lunelli e Camila Augusto



Estudantes fazem manifestação em favor da manutenção da obrigatoriedade do diploma

## Histórico da obrigatoriedade do diploma

Congresso Brasileiro de Jornalistas	1918
Regulamentação profissional	1938
Criação do primeiro curso de Jornalismo, na Faculdade Cásper Líbero	1947
Reconhecimento jurídico da necessidade de formação profissional para o exercício da profissão	1969
Suspensão da obrigatoriedade do diploma de jornalismo para obtenção do registro profissional através de liminar da juíza federal substituta Carla Rister	2001
Decisão do STF mantém registro de profissionais que vinham exercendo a profissão sem ter o diploma de curso superior em jornalismo	2006
17 de junho: Por 8 votos contra um, do ministro Marco Aurélio de Mello, o STF julgou procedente o recurso especial contrário à obrigatoriedade do diploma de Jornalismo para a prática da profissão de jornalista.	2009
1º de julho: O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) apresentou uma proposta de emenda à Constituição (PEC) para tornar obrigatório o diploma para a profissão de jornalista.	

## Comissão estuda novas diretrizes curriculares

Uma Comissão de Especialistas em jornalismo foi criada em fevereiro desse ano pelo Ministério da Educação (MEC) para definir novas diretrizes curriculares – que orientam a criação dos projetos pedagógicos das graduações – para os cursos de jornalismo. O grupo deve propor o aumento da carga horária da graduação de 2.700 horas para 3.200 horas, das quais 200 devem contemplar estágio e dedicação a outras atividades complementares, como congressos. Outra das propostas é o retorno do estágio em redações de jornais, proibido desde a década de 70.

O relatório, que está em fase final, deve ser apresentado até o dia 19 de agosto ao ministro da Educação, Fernando Haddad. A comissão acredita que entregará o documento antes da data prevista, segundo informações do portal Comunique-se. O relatório deve conter, ainda, recomendações para que os cursos de jornalismo se tornem específicos e deixem de ser da área de comunicação social.

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, durante a votação que derrubou a obrigatoriedade do diploma, no dia 17 de junho, comparou o curso de jornalismo ao de gastronomia, que é técnico e tem duração de dois anos. "Um excelente chefe de cozinha poderá ser formado numa faculdade de culinária, o que não legitima estarmos a exigir que toda e qualquer refeição seja feita por profissional registrado mediante diploma de curso superior nessa área", observou Mendes.

Em entrevista à Empresa Brasil de Comunicação (EBC), em setembro do ano passado, Haddad já indicava a intenção de criar mestrados profissionalizantes em jornalismo. Com a decisão do STF, a ideia tomou força. "Nós sugerimos a criação de dois tipos de mestrados profissionalizantes: um para pessoas graduadas em jornalismo, que serviria como uma especialização, e outro para profissionais de outras áreas, que, com isso, poderiam atuar como colaboradores e agora, com a decisão do STF, como jornalistas", disse o professor Eduardo Meditsch, coordenador do mestrado em jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina e um dos membros da comissão. Meditsch lembra que esse tipo de mestrado funciona bem em outros países, como nos Estados Unidos e em Portugal. "Se tiver um bom enfoque, é uma alternativa que pode dar certo", acredita.

A Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), no ano passado, se posicionou contrária à possibilidade de que pessoas apenas com mestrado em jornalismo exercessem a profissão. Em entrevista à EBC, o presidente da federação afirmava que esta era "mais uma iniciativa que não contribui para o debate, mas ajuda a tumultuar. É o olhar de quem desconhece a realidade do mercado". (A.L. e C.A.)

# Relatório mostra 37 projetos turísticos

Dentre as propostas apresentadas durante a WTTC, 14 são em áreas de preservação ambiental de SC

Quando os participantes da 9ª Conferência Anual da *World Travel e Tourism Council* (WTTC) desembarcaram no aeroporto Hercílio Luz em Florianópolis, no dia 14 de maio, a maioria deles já tinha em mãos o portfólio *Santa Catarina - uma oportunidade de investimento*. O relatório foi elaborado pelas empresas privadas SC Investimentos e *Florianópolis Convention Bureau*, em parceria com a Secretaria Especial de Articulação Internacional. Ele apresenta 37 projetos turísticos de alto padrão para o estado – 14 resorts em áreas de preservação ambiental – com investimentos que totalizam R\$ 12 bilhões. Os congressistas que ainda não possuíam o portfólio bilionário o receberam assim que foram recepcionados no hotel Costão do Santinho, no norte da ilha.

A Quinta dos Ganchos, em Governador Celso Ramos, na Grande Florianópolis, é o único projeto daqueles apresentados no relatório que já conta com investidores. O orçamento previsto para execução da obra é R\$ 2,5 bilhões, financiados por seis grupos. O espaço deve receber uma infraestrutura completa com spas, marinas, campos de golfe, hotéis e residências de alto padrão. “Temos, no estado, lugares excelentes para construção de grandes empreendimentos. O WTTC foi uma ótima partida para colocar Santa Catarina como um dos grandes destinos turísticos do mundo”, garante Guilberto Savedra, diretor geral da Secretaria Estadual de Turismo, Cultura e Lazer.

A indústria catarinense de turismo, hoje, representa 12,5% do Produto Interno Bruto (PIB) do estado e, após os investimentos pós-congresso, deve dobrar de tamanho nos próximos dez anos. A estimativa foi apontada no relatório apresentado, durante a Conferência, pela *Oxford Economics* – consultoria fundada em 1981 como extensão da universidade inglesa. O estudo custou US\$ 200 mil e foi bancado pelos patrocinadores do evento. “É a primeira vez que o estado tem em mãos um relatório dessa importância. Podemos, agora, estudar caso a caso os impactos econômicos do setor turístico”, afirma Maria Claudia Evangelista, diretora executiva da *Florianópolis Convention Bureau*, organizadora

do encontro. O relatório apontou um outro dado relevante em tempos de crise: atualmente o turismo gera 500 mil empregos no estado – 11,9% do total – e a previsão é que até o ano de 2019 o número deva chegar a 696 mil.

## Custos e resultados

O orçamento total do WTTC, às vésperas do seu início, girava em torno dos R\$ 12 milhões. De acordo com o balanço da empresa *Florianópolis Convention Bureau*, o evento acabou custando R\$ 7,5 milhões, divididos entre patrocinadores (R\$ 2,4 milhões), Embratur (R\$ 2,5 milhões) e governo estadual (R\$ 2,5 milhões). O evento deste ano foi o que mais trouxe público, 1.122 participantes de 59

países, superando as expectativas dos próprios organizadores.

O Comitê Consultivo das empresas do Trade Turístico participantes do evento compilou 87 solicitações aos órgãos responsáveis – municipal, estadual, federal ou privado – para a melhoria de problemas pontuais de infraestrutura e mobilidade social em Florianópolis. Dos 87 pedidos, 28 foram concluídos, a maioria de responsabilidade municipal. Os órgãos da prefeitura retiraram *outdoors* antigos e limpavam pichações. “[Eles] plantaram flores, reformaram alguns canteiros”, completa Maria Evangelista. Mais da metade das solicitações foi de caráter estético.

Luis Knih

## Propostas

### O portfólio bilionário



O portfólio *Santa Catarina, uma oportunidade de investimento*, que traz 37 projetos para os investidores participantes do congresso, apresenta desde construções de grandes resorts até investimentos em hotéis já existentes – como o Costão do Santinho, sede do encontro. Apenas dois projetos do portfólio são dedicados à questão da mobilidade urbana no estado e poderiam atender a toda população catarinense: a construção de um teleférico em Florianópolis – estimado em 250 milhões de euros – e outro teleférico na Serra do Rio do Rastro, perto de Lages – este estimado em 20 milhões de euros.

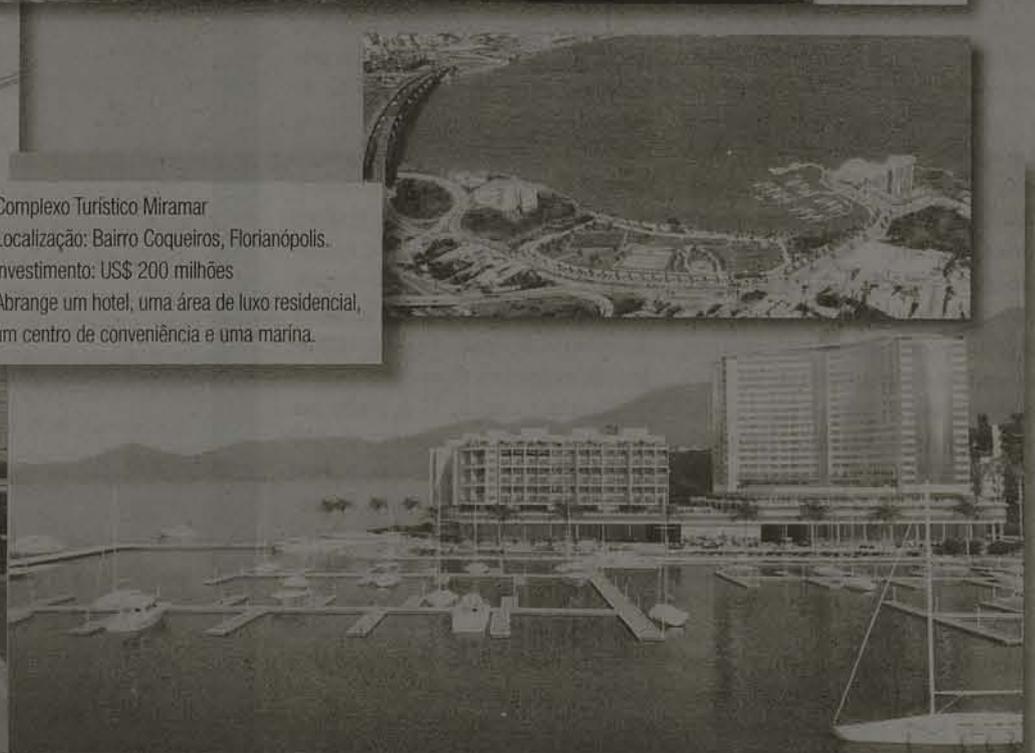
Santa Catarina foi dividida em nove regiões potencializando os recursos naturais de cada local, como por exemplo, o Vale Europeu – referindo-se ao Vale do Itajaí – e a Costa Verde – região do litoral catarinense. De todos os projetos apresentados, 21 estão localizados na Grande Florianópolis e, exceto as duas propostas de obras de infraestrutura, todos os investimentos atendem apenas à população de alto poder aquisitivo. (L.K.)

### Conheça alguns dos projetos do Portfólio

Porto da Barra  
Localização: Canal da Barra da Lagoa, em Florianópolis  
Investimento: R\$ 100 milhões  
Áreas residenciais, hotel e marina



Complexo Turístico Miramar  
Localização: Bairro Coqueiros, Florianópolis.  
Investimento: US\$ 200 milhões  
Abrange um hotel, uma área de luxo residencial, um centro de conveniência e uma marina.



Teleférico em Florianópolis  
Localização: Florianópolis. Interligando continente e ilha.  
Investimento: 250 milhões de euros



ZERO

# ONG tenta barrar mina em Anitápolis

Projeto para exploração do fosfato ameaça bacia hidrográfica do Rio Braço do Norte e Mata Atlântica da região

Carlos Santos

Vinte e três quilômetros de estrada de terra separam a BR-282 do município de Anitápolis, localizado a 108 quilômetros da Capital. Pouco antes de chegar à pequena cidade de três mil habitantes, máquinas revestem o caminho com uma fina camada de asfalto. Esse trajeto vem sendo pavimentado desde 2003. As obras se intensificaram neste ano para preparar o percurso diário de 110 caminhões carregados de enxofre. Eles saem do porto de Imbituba com destino à mina de fosfato que a Indústria de Fosfatos Catarinense (IFC), da empresa americana Bunge e da norueguesa Yara, pretende instalar na região.

O caminho é margeado pelo Rio Pinheiros. Nele serão construídas duas barragens para conter os rejeitos da extração, a primeira com uma capacidade de armazenamento de 12 milhões de metros cúbicos e a segunda, de 14 milhões. Caso a obra, que ainda não recebeu a licença de instalação da Fundação do Meio Ambiente (Fatma), seja concluída, o fluxo do rio será reduzido em 60%.

Enquanto políticos e moradores vêm a novidade com bons olhos, organizações não governamentais (ONGs) e blogs publicam informações sobre os perigos da instalação da mina de fosfato na região. A Montanha Viva é a organização responsável por várias ações que tentam esclarecer à população os riscos ambientais trazidos pelo projeto. Além de já ter dado entrada em uma ação no Ministério Público Federal (MPF) contra a instalação da mina, também pediu oficialmente explicações do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) sobre o empréstimo de R\$ 3,2 bilhões feito à IFC. O banco é signatário do Protocolo Verde, que prevê o financiamento apenas de projetos ecologicamente responsáveis. O advogado da ONG, Eduardo Bastos, avisa que “se um desastre ecológico acontecer nessa

mina, o BNDES será considerado co-responsável”. O projeto teve um investimento inicial de R\$ 550 milhões.

Bastos relata ainda as irregularidades do relatório (Eia-Rima) da IFC apresentado à Fatma. Anitápolis é cortada pelo Rio Pinheiros, que faz parte da Bacia Hidrográfica do Rio Braço do Norte. Qualquer impacto que altere o fluxo desse rio interfere também no fluxo da bacia. “O relatório afirma que os possíveis impactos ambientais são localizados apenas no Rio Pinheiros, e não em toda a bacia hidrográfica. Quando um impacto atinge uma área desse tamanho, a fiscalização não deveria nem ser feita pela Fatma, e sim pelo Ibama”, afirma. Enquanto a IFC divulga apenas cinco possíveis degradações ambientais em seu site – [www.projetoanitapolis.com.br](http://www.projetoanitapolis.com.br) – o Eia-Rima traz uma lista com mais de 70.

Entre as maiores preocupações da população, destacadas nas audiências públicas, está a localização das barragens de rejeitos, que, por estarem em região com alto potencial erosivo, podem romper-se. A reportagem do ZERO tentou ouvir os técnicos da Fatma, mas eles não se pronunciaram sobre o assunto.

Anitápolis encontra-se em uma área de “corredor ecológico”, caracterizado pela grande movimentação de espécies da fauna e flora entre áreas preservadas. A cidade fica entre a Reserva da Serra do Tabuleiro e o Campo dos Padres – que, se aprovado um projeto no Ministério do Meio Ambiente, também será transformado em área de preservação. O município é um dos poucos de Santa Catarina que ainda mantém grande parte da vegetação da Mata Atlântica, cerca de 69% de seu território, em seu estágio primário. Pelo menos 515 hectares serão desmatados.

Carlos Santos



Desde o começo do ano, máquinas aceleram as obras de pavimentação da SC-407, que liga o município de Rancho Queimado a Anitápolis

## População apoia instalação da mina mesmo sujeita a riscos ambientais

O Projeto Anitápolis será a terceira tentativa de se explorar a jazida da região. A primeira delas foi feita em 1977, pela Adubos Trevo, também pertencente a Bunge, que tentou abrir uma usina para a concentração do minério. O projeto não deu certo devido à recessão dos anos 80, que reduziu a demanda do produto. Já em 1986, a Indústria de Fosfato Catarinense (IFC) foi criada para administrar a segunda tentativa, que, além da mina, contaria com uma fábrica de ácido sulfúrico em Imbituba para a produção do fertilizante Superfosfato Simples Granulado (SSP-G). Como a política econômica da época do governo Collor facilitava a importação do fosfato, o projeto foi novamente engavetado.

Depois do segundo cancelamento, no início dos anos 90, a população de Anitápolis começou a diminuir. Em 1991, o censo contabilizou mais de 3,5 mil habitantes. Na última contagem, em 2007, esse número havia baixado para pouco mais de 3,1 mil. Uma pesquisa realizada pela prefeitura municipal, já nos anos 2000, indica que 75% da população é favorável ao projeto. Estes moradores aguardam o empreendimento que promete gerar inicialmente 400 empregos diretos para construção do complexo.

Duas audiências públicas foram realizadas em Anitápolis, uma em 2007 e outra em fevereiro deste ano. Na última, estiveram presentes representantes da

Fundação do Meio Ambiente (Fatma), Bunge, Yara e das empresas contratadas pela IFC, Caruso Jr. e Prominer, para a elaboração do Estudo de Impactos Ambientais (Eia-Rima).

O secretário municipal de Administração, Contabilidade e Finanças, Marcos Antonio Medeiros, vê o Projeto como uma boa oportunidade para o local. “As pessoas não querem mais sair da cidade nem mandar seus filhos para fora por falta de oportunidades. Anitápolis não tem mais jovens de 20 e poucos anos, todos vão pras cidades maiores e não voltam”, garante o secretário. Na última contagem feita pelo IBGE, a cidade tinha pouco mais de 500 habitantes entre 15 e 24 anos. (C.S.)

Carlos Santos



Com o declínio populacional decorrente do êxodo rural no início dos anos 90, a comunidade de Anitápolis espera que a instalação da mina de fosfato pela IFC fortaleça a economia, hoje dependente da agropecuária

ZERO

# Projeto Maciço deve ser finalizado até março de 2011

Iniciadas há 15 meses, apenas 12% das ações no Morro da Cruz estão concluídas. As obras abrangem questões de infraestrutura, frentes sociais e unidade ambiental

Maciço do Morro da Cruz. A região de 2,1 milhões de metros quadrados está localizada entre importantes bairros da capital: Centro, Agronômica, Trindade, Carvoeira e Saco dos Limões. Conhecido pelas antenas de rádio e televisão e pelo mirante que garante belas fotografias para os turistas da cidade, os problemas sociais dos habitantes do Maciço permanecem invisíveis para a maior parte das pessoas que avistam o morro cotidianamente.

Em março de 2008, a prefeitura lançou um projeto ambicioso, chamado de Projeto do Maciço do Morro da Cruz com o propósito de melhorar as condições de vida dos moradores da região, a um custo de R\$54,6 milhões. Passados 15 meses, cerca de 50% desse valor já foi licitado, e as obras de infraestrutura urbana apresentam um atraso de cerca de três meses - 35% das obras já deveriam estar executadas, mas o índice é de cerca de 29%. Quando se trata de todas as intervenções previstas, o percentual de execução cai para 12%.

De acordo com os engenheiros da Secretaria de Habitação e Saneamento Ambiental responsáveis pelas obras, Américo Pescador e Rogério Miranda, a principal causa do atraso das obras foram as chuvas que afetaram a cidade entre agosto do ano passado e janeiro de 2009. Muitas frentes de trabalho tiveram que ser abandonadas pela metade para o atendimento de situações emergenciais que surgiam por causa das chuvas - desbarrramentos de

encostas repercutiam na necessidade de construção de muros de contenção que não estavam previstos no cronograma, por exemplo.

O Maciço é uma formação de difícil acesso, não apenas por sua constituição geológica - o Morro da Cruz é cheio de pedras - mas também pela falta de estrutura das comunidades. O engenheiro Miranda explica que os caminhões não conseguem subir determinados trechos do morro com equipamentos e materiais que, em algumas ocasiões, têm que ser lavados nas costas dos trabalhadores.

Atualmente o calendário das obras de infraestrutura está sendo revisado para compensar o atraso. "Nos próximos 90 dias, devemos reajustar o cronograma. Em outubro, vamos seguir sem atraso", afirma Walmeir Rapinelli, engenheiro civil da Secretaria de Habitação e Saneamento Ambiental.

Nove comunidades diferentes estão em obras - Penitenciária, Morro do Horário, Santa Vitória, Morro do 25, Monte Serrat, Jagatá, Queimada, Alto da Caieira e Serrinha. Ao todo, estão em funcionamento 18 frentes de ação, com cinco a 10 trabalhadores em cada. Marriquinha, Tico-Tico, Conseban e Morro do Céu ainda aguardam o início das intervenções, que devem começar em setembro. Um galpão de triagem de lixo, a ser instalado na Caieira para o trabalho da cooperativa de reciclagem Coopifloripa, ainda está em fase de licitação.

Lígia Lunardi



As obras de infraestrutura do Projeto do Maciço, que representam 53% do valor investido, apresentam um atraso de cerca de três meses - 35% das obras deveriam estar prontas



Nas comunidades do Maciço devem ser implantados 26 quilômetros de rede de esgoto e sistemas de escoamento de água da chuva

Hoje, 40% da população do Maciço sobrevive mensalmente com três ou menos salários mínimos. Ali, vivem 5% da população da capital

## Desenvolvimento Social

Paralelo às obras de infraestrutura é feito um trabalho de mobilização comunitária e desenvolvimento social junto aos moradores das comunidades. O trabalho é dividido em três grupos: Mobilização e Organização Comunitária (MOC), Educação Sanitária e Ambiental (ESA) e Geração de Trabalho e Renda (GTR). Oito assistentes sociais da prefeitura e a empresa Ambientalisa trabalham nessas ações.

### GTR

Ações de geração de renda são o terceiro pilar do trabalho de desenvolvimento social do Projeto. A proposta do GTR é trazer cursos de capacitação que estejam atrelados às outras ações do Projeto. Com a implantação do Parque do Maciço, por exemplo, a prefeitura vai oferecer aulas e treinamentos para quem se interesse em ser guia turístico.

Dois oficinas devem ocorrer no final do ano - uma sobre viveiragem, por causa do Parque, e outra sobre o funcionamento de cooperativas, para os associados da Coopifloripa cooperativa, que vai trabalhar com reciclagem. Até agora ainda não foi oferecido nenhum curso.

### Fortalecendo o diálogo

Em cada localidade há uma comissão local de obras, formada por cerca de oito membros. São pessoas que conhecem o Projeto em profundidade e foram capacitadas pelos engenheiros da prefeitura a entender plantas e termos técnicos dos projetos de engenharia. O objetivo dessa comissão é envolver os moradores na execução das ações e fortalecer o canal de comunicação dentro das comunidades.

Nos lugares que estão recebendo obras acontecerem, bimensalmente, reuniões informativas com a população para a atualização sobre o andamento das obras. No início de cada ação é realizada uma reunião de trecho, onde agentes da prefeitura explicam o que vai ser feito e quais devem ser as consequências da ação enquanto ela estiver sendo realizada - quando é instalada a rede de esgoto, por exemplo, as ruas ficam interditadas e os moradores não podem sair de casa com carro.

Os moradores que não participam das reuniões comunitárias podem tirar dúvidas sobre as obras na Secretaria de Habitação e Saneamento Ambiental.

### Mudando a cultura

Palestras, visitas educativas, ginastas ecológicas e mutirão de limpeza são ações que acontecem periodicamente nas localidades.

Cada comunidade tem uma assistente social de referência, que ajuda a adaptar o conteúdo e o público alvo das ações de acordo com as suas necessidades. No Alto da Caieira, por exemplo, que tem cerca de 800 famílias e mais de 700 cachorros, é necessário que seja feito um trabalho social de conscientização a respeito de doenças que os cães podem transmitir para a população.

Todo o mês a empresa Ambientalisa, responsável pelas ações de Educação Sanitária e Ambiental, visita uma comunidade diferente, explicando como é feita a coleta de lixo e como deve ser separado o material para descarte. Depois, ocorrem os mutirões de limpeza. Na Marriquinha, por exemplo, as ruas ficam interditadas e os moradores não podem sair de casa com carro.

A Companhia de Melhoramentos da Capital (Comcap) também está envolvida nesse trabalho: está reformando e construindo lixeiras comunitárias e deve implantar a coleta de lixo seletivo. (L.L)

## Das pequenas vilas à formação de uma comunidade de quase 30 mil habitantes

A ocupação do Morro da Cruz começou há cerca de cem anos, na região do Monte Serrat e do Mocotó, e nunca mais parou. Uma das comunidades mais recentes é a do Alto da Caieira, que tem cerca de 15 anos. Localizada no alto do Morro, na direção da Baía Sul, é uma das mais carentes em termos de infraestrutura - até o começo das obras do Projeto a água era distribuída na comunidade por meio de uma mangueira, e a grande maioria das ruas não era pavimentada.

A prefeitura reconhece que 16 comunidades diferentes convivem hoje nesse espaço e algumas delas estão em constante crescimento e transformação. Jagatá, formada principalmente por gaúchos e catarinenses do interior do estado que vieram para Florianópolis entre o fim dos anos 90 e meados de 2000, criou o Conselho Comunitário da comunidade apenas em março desse ano. A partir daí, passou a ter representatividade junto à prefeitura - antes Jagatá fazia parte do Morro da Queimada.

O Monte Serrat é liderado há 16 anos por João Ferreira, conhecido na região por seu Teco. Enquanto Solimar Alves, líder do Jagatá, chegou a Florianópolis no ano 2000, Ferreira nasceu e cresceu

no Monte Serrat, e pode passar horas contando as histórias do lugar. Sua comunidade, que fica próxima da Mauro Ramos, possui posto de saúde, creche e abriga a sede do Centro Cultural Escrava Anastácia, ONG que desenvolve diversos projetos sociais.

Rogério Rodrigues também preside um Centro Comunitário, o da Marriquinha, desde 1993. A comunidade começou a ser ocupada mais de 60 anos depois do Monte Serrat e seus moradores vieram do interior do estado. O acesso à Marriquinha é tão complicado que ônibus e caminhões não sobem o morro, e as casas são construídas tão próximas ao meio fio que mal há espaço para o desembarque dos materiais necessários para as obras do Maciço.

A Secretaria de Habitação e Saneamento Ambiental ficou responsável por todas as ações do Projeto. Inicialmente, apenas a Serrinha e o Alto da Caieira - com maior demanda em obras de infraestrutura - receberiam as obras do Projeto do Maciço - já que a prefeitura não dispunha de verba para financiar os custos das ações em todas as comunidades. Após negociação com o governo federal, o projeto recebeu R\$25 milhões do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e somou-se ainda um investimento de R\$ 15 milhões do governo estadual, podendo então ser ampliado para todas as comunidades que coexistem hoje no Morro da Cruz. (L.L)

### Primeiros passos

Em 1998 as comunidades começaram a se organizar para levantar as principais demandas do Maciço e tentar negociar a resolução dos problemas junto à prefeitura. As discussões sobre as necessidades de cada comunidade aconteceram no Fórum do Maciço da Cruz. Ferreira, o líder comunitário do Monte Serrat e membro do fórum, explica que a ideia central do

## Ações de infraestrutura do Projeto do Maciço do Morro da Cruz



### Parque do Maciço

Na região central do morro, em uma área de 1,4 milhões de metros quadrados, será implantado o Parque do Maciço do Morro da Cruz - projeto de estrutura ambiental -, que vai compreender uma área de conservação e espaço de lazer, com biblioteca, trilha de caminhada, lago de pesca e quadras de esportes.

A empresa Iguaitem fez um Plano de Manejo para a criação da unidade de conservação, que deve passar por apreciação pública em agosto. O Plano determina o zoneamento dos tipos de ações que o homem pode executar em cada trecho do parque. A sede vai ficar em uma área de uso intensivo, com grande degradação ambiental. A construção da sede já deveria estar sendo executada, mas a ação está em processo licitatório por questões burocráticas, de acordo com Américo Pescador, engenheiro da Secretaria de Habitação e Saneamento.



### Habitação

Aproximadamente 440 casas estão em áreas de risco de desmoronamento ou em locais que serão desapropriados para a construção de vias. A licitação para a contratação de responsáveis para construir as moradias para essas famílias foi lançada duas vezes, mas não apareceram empresas interessadas na execução da obra. A prefeitura aumentou os valores a serem pagos para a construção de cada casa, de R\$15 mil para R\$24 mil. Agora, o novo edital está em análise pela Caixa Econômica, órgão responsável pelo repasse da verba do Projeto. Se mais uma vez não houver interessados, a prefeitura pode lançar mão de outras medidas - como construção cooperativa, por exemplo - a serem discutidas com a comunidade.



### Fiscalização

A JK Engenharia é a responsável pela fiscalização das obras de infraestrutura. A qualidade do serviço da empresa foi questionada pelos líderes comunitários até meados de abril. Em reunião do Comitê Gestor - grupo formado pelas lideranças comunitárias, funcionários da prefeitura e representantes das empresas responsáveis pelas obras - chegaram a pedir a rescisão do contrato. A viabilidade da quebra de contrato será analisada pelo setor jurídico da Secretaria de Habitação e Saneamento Ambiental e o parecer deve sair semana que vem. Há pouco mais de um mês, visando melhorar a fiscalização, foi designado um novo fiscal para o trabalho. Além do funcionário da JK, fiscalizam as obras dois engenheiros da Secretaria de Habitação e um da Casan. Os serviços que não envolvem obras serão fiscalizados pelos técnicos sociais da prefeitura. Periodicamente eles devem apresentar relatórios à Caixa Econômica Federal, instituição responsável pelo repasse da verba para as empresas contratadas para a execução das obras.



### Mobilidade Urbana

Após analisar as localidades em que o transporte vertical - bonde preso por trilhos no morro, que deveria ser implantado em regiões muito íngremes - seria construído, verificou-se a inviabilidade técnica de implementá-lo em muitos lugares. Em algumas comunidades ele seria construído onde hoje existem escadarias, porém a maioria são irregulares ou apresentam curvas no seu trajeto. Como as construções são muito próximas umas das outras nas comunidades, não existe espaço alternativo às escadarias para a construção do transporte. Assim, por enquanto essa ação não será implementada. A prefeitura deve estudar possibilidades de contornar os problemas encontrados.



### Questão Fundiária

Entre janeiro e abril deste ano, agentes da prefeitura passaram de casa em casa, em todas as comunidades, para fazer o cadastro físico dos moradores do Maciço. Cerca de cinco mil famílias foram cadastradas - apenas 5% dos habitantes não participaram da ação da prefeitura. A compilação dos dados deve ficar pronta até o fim de julho e representa a primeira etapa do trabalho de regularização fundiária. O próximo passo é a titularização das habitações, que depende da área em que cada família está assentada. Para cada situação deve ser utilizado o instrumento jurídico de regularização adequado.

Se a comunidade está em área privada, pode-se usar o instrumento do Uso Capião coletivo e distribuir a fração de terra para cada família. Quando a área é pública, faz-se a concessão dos direitos de uso. Estima-se que 89% das terras do Maciço são do poder público e que o restante está dividido entre diferentes proprietários privados. O trabalho de regularização, porém, é bem lento, já que cada caso deve ser estudado individualmente, e deve ser a última ação do Projeto do Maciço a ser finalizada.



### Infraestrutura Urbana

As obras de infraestrutura urbana são o destaque do Projeto do Maciço do Morro da Cruz - representam 53% do valor investido. Um novo sistema de distribuição de águas deverá aumentar em 24 quilômetros a rede de abastecimento e 26 quilômetros de rede de esgoto devem ser implantados nas comunidades do Maciço. Serão instalados, ainda, sistemas de escoamento de águas da chuva ao longo de 20 quilômetros de vias, rampas e escadarias. Muros de arrimo estão sendo construídos ao longo de 14 quilômetros para conter encostas nos períodos de chuvas fortes e 65 quilômetros quadrados de ruas devem ser pavimentadas para receber manutenção. A distribuição de energia elétrica deve abranger uma área de 12,4 quilômetros.

# Agroecologia traz renda para o campo

Aposta na agricultura orgânica e no agroturismo faz com que trabalhadores rurais não migrem para a cidade

Valnério Assing e sua família estavam, em 1998, de malas prontas para deixar Santa Rosa de Lima, nas encostas da Serra Geral catarinense, rumo a São Paulo quando foram apresentados a um projeto que visa incentivar o turismo rural em pequenas propriedades familiares. Eles transformaram um galpão de secagem de fumo, que até então era sua principal fonte de renda, em uma pousada nos padrões da Acolhida da Colônia. Hoje, além da produção de açúcar, melado e licores, a pousada ajuda a complementar a renda mensal da família, garantindo um rendimento mensal médio de R\$ 2.500,00. Este valor é cinco vezes maior do que o obtido no cultivo de fumo.

A agricultura orgânica e o agroturismo são as principais atividades econômicas da cidade que, em 1991, era o menor município de Santa Catarina, com 1.896 habitantes, de acordo com

o IBGE. Ao contrário de Valnério, que encontrou uma alternativa ao êxodo rural, 13,3% da população que morava no campo em Santa Catarina, migrou para as cidades entre 1996 e 2000. Esse índice era, na época, o terceiro maior do país, atrás apenas do Distrito Federal e do Pará. Na contramão da tendência de abandono do campo, Santa Rosa de Lima foi promovida a capital catarinense da agroecologia no ano de 2007, status decorrente de um processo de cerca de 20 anos, que visa à criação de um sistema de agricultura orgânica familiar e agroturismo. Situado à margem do Rio Fortuna, o município fica a 124km de Florianópolis e apenas 398 dos seus atuais 2.031 habitantes moram na área urbana.

Para estimular os agricultores locais a permanecerem em suas terras, inicialmente criou-se a Gemüse Fest, em 1991. O Gemüse, prato típico da

culinária alemã, é tradicional das cidades das Encostas da Serra Geral, e foi utilizado como mote para o evento. "A realização da festa idealizava criar uma sinergia urbano-rural, entre aqueles que haviam saído da cidade e os atuais moradores: isso possibilitou uma organização", conta Wilson Schmidt, um dos fundadores e primeiro presidente da Agreco (Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral), cuja ideia surgiu desse encontro. A organização não-governamental (ONG), criada em 1996, foi idealizada através da proposta do supermercadista Egidio Locks para iniciar a lavoura orgânica e sustentável como alternativa para a região.

Locks havia deixado Santa Rosa de Lima, sua cidade natal, para gerenciar os supermercados Santa Mônica, em Florianópolis. Com o início do cultivo ecológico, a rede passou a ser a prin-

cipal via de escoamento da produção de orgânicos. A inserção no varejo, em 1997, começou difícil. Com a distância e as limitações de transporte (58 quilômetros da SC-407, estrada que dá acesso à cidade não é pavimentada), os produtos ficavam com a qualidade comprometida – principalmente as hortaliças, que secam e despedaçam-se com facilidade. Viu-se então a necessidade do desenvolvimento de agroindústrias orgânicas e de pequeno porte – não mais apenas lavouras –, baseadas na agricultura familiar. "Faltava a noção, nos agricultores, do valor agregado na produção. Passou-se a perceber a importância da embalagem, da marca, etc", explica Assing. Com este incremento, o preço e a qualidade dos produtos aumentaram. Hoje, um vidro de molho de tomate da Agreco custa em média R\$5,00 nos mercados de Florianópolis.

A falência da rede de supermercados Santa Mônica, em 2000, trouxe novos problemas: o principal comprador da produção não existia mais. "Era necessária uma proposta radical de dar autonomia ao agricultor e agregar valor, industrializando o produto", relembra Schmidt. Foi concebido então, em 2003, o projeto "Vida Rural Sustentável" (PVRS), parceria entre a Agreco e o Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa), que recebeu R\$ 2,5 milhões do Programa Nacional de Agricultura Familiar, o Pronaf. O investimento seria revertido na implementação de 53 agroindústrias. "Destas, foram implantadas 27 até agora", revela Schmidt. Desde a aplicação dos recursos a meta era que todas já tivessem sido criadas em 2006, três anos atrás.

A busca por novas alternativas para a produção levou ainda à criação de uma cooperativa de crédito aos produtores, a Credicolônia, que funciona como uma entidade de micro-crédito. "A ideia era a de proporcionar financiamentos em demandas que o Banco do Brasil não atendia", explica Schmidt.

## Produção limpa

A produção orgânica não utiliza insumos químicos na lavoura e é embasada em práticas agrárias sustentáveis como a permacultura, método australiano de adubagem natural e cultivo permanente. Assing, por exemplo, utiliza o bagaço da cana, da qual produz açúcar e melado, misturado com o esterco de seus porcos, bois e cavalos para obter um adubo natural. Em sua propriedade são produzidos hortaliças, mel, melado, conservas, embutidos de suínos e aves, leite e derivados, doces, licores e panificação – todos certificados pela Ecocert-Brasil, entidade certificadora de orgânicos.

Hoje, os produtos são escoados através de 35 pontos de venda em mercados estaduais, além da compra *in loco*, quando o consumidor compra direto nas propriedades das famílias, e do serviço de entrega a domicílio na capital catarinense e em São José. São fornecidos também para escolas públicas como merenda escolar em todos os municípios contemplados pela Agreco, que agrega as cidades do entorno, como Anitápolis, Gravatal, Rio Fortuna, Armazém, Grão-Pará, São Martinho, Paulo Lopes, Rancho Queimado, Alfredo Wagner e Imaruú.

O movimento dos consumidores que vão à Santa Rosa de Lima para comprar os orgânicos chamou a atenção da agrônoma Thaise Guzzatti, formada pela UFSC. Guzzatti enxergou potencial turístico na região e, em 1998, fundou a ONG Acolhida na Colônia, destinada a incentivar o turismo rural em pequenas propriedades familiares, como a de Assing.

A Acolhida na Colônia é um projeto de origem francesa (Accueil Paysan, em francês), que cria uma rede de pousadas nas agroindústrias das famílias, como incentivo a mantê-las no campo e aumentar suas rendas. O modelo implementado em



Gustavo Bonfiglioli

A plantação de morango e de milho de Assing é certificada pela Ecocert-Brasil e os orgânicos são vendidos por todo o estado



Depois de passar pela moenda, o bagaço de cana é misturado ao esterco de porcos, bois e cavalos para fazer o adubo natural. Sem utilizar agrotóxicos, os produtos ganham em qualidade e valorização no mercado

ZERO



Gustavo Bonfiglioli

Apesar de iniciativas como a de Assing, muitos agricultores ainda recorrem às formas tradicionais de plantio, como a de fumo

Santa Rosa de Lima é resultado do trabalho da Agreco e dos produtores. A proposta é criar um ambiente intimista, em que o hóspede possa se sentir em casa e em contato com a natureza. Para isso, exige-se um número reduzido de turistas. “Se eu recebesse cem famílias aqui, não ia conseguir nem cumprimentar cada uma, e aí já não faz mais sentido”, exemplifica Assing, atual coordenador geral da ONG e proprietário da pousada Doce Encanto.

#### Rendimento e mercado

A transição da família Assing para o método orgânico, mesmo com o aumento considerável da renda mensal e a existência da Credicolônia, demandou investimento. O produtor aponta

a dificuldade de acumular capital de giro para outros pequenos investimentos, como uma moenda de cana mais potente, por exemplo. Apesar do sistema de agricultura familiar sustentável vigente em Santa Rosa de Lima, a plantação de fumo ainda é uma atividade agrícola expressiva: segundo o IBGE, foram produzidas 374 toneladas de fumo em 2007, na cidade. A queima de carvão das grandes plantações de pinus, realizadas pelas olarias locais, também se estendem por toda a encosta da Serra Geral. (ver “correlata”)

A relação com as entidades agrícolas tradicionais atuantes na região, se no início parecia motivo de conflito, atualmente acaba dando visibilidade a métodos ecologicamente corretos. “Algumas empresas de fumo e suino-

cultura, com a inserção do discurso ecológico na região, deixaram de usar agrotóxicos. Isso acaba dando visibilidade à prática, mesmo nas culturas tradicionais”, conta Wilson Schmidt. O ex-presidente da Agreco também acredita que a insegurança de alguns agricultores com o novo método é normal: “é uma concepção nova de mercado. Muitos procuram a Agreco para fazer a transição, mas é claro que outros questionam. Criar uma agroindústria ou uma pousada em sua propriedade demanda investimento, e nem todos acreditam no retorno. Enquanto a produção orgânica não dá segurança para o agricultor, ele permanece nas culturas padrões”.

Gustavo Bonfiglioli

## Ecovila deve abrigar 35 famílias no município de Santa Rosa de Lima

A via de terra, tortuosa e esburacada, é compensada pelo cenário sereno. Apesar da bela composição, a mata nativa conflita com as imensas plantações de pinus. No caminho, alguns fornos de queima de carvão das olarias regionais insistem em despejar a fumaça escura na paisagem, repleta de gás carbônico e vários outros efluentes tóxicos, como mercúrio e chumbo.

Diferente dos tijolos convencionais, cuja produção depende da combustão da madeira dos pinus, a única casa construída no nosso destino é estruturada por tijolos de solocimento, que só precisam da terra argilosa da região misturada com cimento, e posterior prensa, para serem produzidos. Estamos indo para Santa Bárbara, distrito de Santa Rosa de Lima, onde fica a ainda em implementação Ecovila Encostas da Serra Geral, um condomínio rural sustentável.

Não fosse por ela, a área aparentaria deserta. Alguns elementos, porém, vão denotando aos poucos a ocupação que está para ocorrer: três fossas, dois poços d'água, uma plantação de feijão, algumas variedades de árvores e flores plantadas há não mais que cinco anos.

De fato, foi em 2004 que o arquiteto Gilmar José Schmitz elaborou o projeto da Ecovila. Sustentada legalmente como Reserva Particular de Patrimônio Natural (RPPN) pelo Ibama (a pedido da parte interessada), a iniciativa concretiza a busca

ideológica de 35 famílias pela qualidade de vida relacionada à ecologia rural e aos pressupostos sustentáveis de uma Ecovila.

Schmitz conta que a implementação do projeto na região também objetiva a inserção no sistema ecológico criado pela Agreco e pela Acolhida na Colônia, buscando fortalecer a geração de emprego e renda para o agricultor sustentável. “A sustentabilidade está justamente nisso, na troca harmônica com a comunidade”, explica o arquiteto. Cida Schmitz, sua esposa, ressalta que a inserção não pode ser paternalista, tampouco imposta.

Toda a área, cortada por uma pequena estrada de terra, já está loteada para as famílias. “A compra dos hectares também freia a expansão das plantações de pinus. O êxodo rural abaixa consideravelmente o preço das terras, que são geralmente compradas pelos especuladores de eucaliptos. Os pinus são ruins porque tomam o espaço da mata nativa, e suas folhas acidificam o solo”, explica Schmitz. De acordo com as expectativas de Ivo Bonetti, agricultor contratado para cuidar do terreno, a construção das casas já deve começar em 2010. “Por enquanto, eu faço os tijolos”, brinca. Outras práticas sustentáveis, como a permacultura, compostagem, bioarquitetura e utilização de energias renováveis, estão previstas para o condomínio ecológico. (G.B.)

#### Outros nichos

### Ecovilas pelo mundo

Uma Ecovila é uma comunidade urbana ou rural, que busca integrar um estilo de vida harmônico a práticas sustentáveis, baseadas no reaproveitamento e na organicidade. Seu conceito, de acordo com a Rede Global de Ecovilas (ou Global Ecovillage Network – GEN) – unidade agregadora de todas as Ecovilas do mundo –, surge de um projeto de Ross e Hildur Jackson, criadores da associação dinamarquesa Gaia Trust, fundada em 1987 já com a intenção de dar suporte a comunidades que desejavam transitar para uma sociedade sustentável. A ideia de sustentabilidade reforçada pela Eco-92, ou Conferência das Nações Unidas para o Meio-Ambiente, ocorrida em 1992 no Rio de Janeiro, ajudou a disseminar a tendência das Ecovilas. Em 1996, o conceito foi finalmente incorporado pela ONU.

Uma das Ecovilas mais antigas que se tem conhecimento é a Fundação Findhorn, na Escócia, Inglaterra. Implementada há mais de 30 anos, ela hoje produz 27% de sua energia elétrica e 60% do alimento consumido internamente, e algumas casas são feitas da madeira reutilizadas de barris das destilarias de whisky escocesas. Existem Ecovilas que também são centros espirituais: é o caso da Federação de Damanhur, no nordeste da Itália, ou do Movimento Sarvodaya para a Paz, no Sri Lanka, maior membro da GEN. No Brasil, a mais importante comunidade sustentável é o Instituto de Permacultura e Ecovilas do Cerrado (IPEC), em Pirenópolis, Goiás. (G.B.)



O terreno da Ecovila foi loteado e a produção de tijolos de solocimento, que não precisam passar por combustão, já começou

ZERO

# Empresas aderem à rastreabilidade

Tecnologia está sendo implementada em SC e permite ao consumidor saber qual é a origem do alimento

Além de informações sobre calorias e ingredientes, agora os rótulos de alguns produtos também vão oferecer ao consumidor dados sobre a origem do alimento que está sendo comprado. A tecnologia, chamada de rastreabilidade, está começando a ser aplicada por empresas de Santa Catarina. A Associação dos Apicultores da Encosta da Serra Geral passou a utilizá-la em seus produtos em junho e para a Cooperativa Aurora, de Chapecó, falta finalizar a etapa de impressão do código nas embalagens.

O objetivo principal é monitorar a qualidade e a segurança dos alimentos. Por meio de um código impresso na embalagem, o consumidor pode ter acesso pela internet a informações sobre os processos tanto de produção quanto de transporte do alimento. "A rastreabilidade agrega valor ao produto, já que se dá mais certeza ao consumidor da segurança dele. É uma ferramenta de garantia. Caso tenha algum problema, o consumidor pode, através do código, descobrir a origem", explica Fábio Zanuzzi, coordenador da área de Agronegócios do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina (Sebrae-SC). Zanuzzi idealizou e coordena o projeto implantado pela Associação dos Apicultores da Encosta da Serra Geral.

No mercado interno, a rastreabilidade é utilizada, principalmente, como um diferencial do produto. O mel, por exemplo, pode ser comprado hoje em vários lugares, desde supermercados até estradas. "Esse mel pode ser de boa qualidade, mas a falta de um controle de origem ou rastreabilidade não garante uma qualidade consistente do produto,



Joana Caldas

**busca rastre** Código de rastreamento 500364

**Mel**

A utilização do mel na nutrição humana não deveria limitar-se apenas a sua característica adoçante, como excelente substituto do açúcar, mas principalmente por ser um alimento de alta qualidade, rico em energia e inúmeras outras substâncias benéficas ao equilíbrio dos processos biológicos de nosso corpo.

**Anelio Joaquim Jasper**  
Origem do Produto

Anelio é produtor de mel no município de Águas Mornas, Grande Florianópolis. Sua produção está localizada em plena região de Mata Atlântica e obterá o selo orgânico da produção.

**ETAPA I**

O consumidor tem acesso, via internet, a informações sobre os processos de produção e transporte do alimento. Produtos da Associação dos Apicultores da Encosta da Serra Geral já possuem o código impresso na embalagem

que pode não ser mel puro", afirma Thomas Ekschmidt, autor de *O livro vende da rastreabilidade*, lançado este mês, e sócio da empresa que desenvolveu a tecnologia de rastreamento de mel.

## Custo alto

As maiores dificuldades em implementar a rastreabilidade na cadeia de produção são o custo e a complexidade do processo. A Associação de Apicultores não revela o valor investido no seu sistema, mas a Cooperativa Aurora estima que foram gastos cerca de R\$ 1 milhão no seu. "Custos para promover a rastreabilidade de alimentos são grandes, pois envolvem investimentos em processos logísticos. No caso do Brasil, nas cadeias agroindustriais, são feitas transações principalmente de *commodities*, onde apenas o preço é relevante", explica Rosa Moreira

Machado, professora do Departamento de Administração e Economia da Universidade de Lavras, de Minas Gerais, em sua tese de doutorado, *Rastreabilidade, tecnologia da informação e coordenação de sistemas agroindustriais*.

Os valores variam de acordo com o volume de produção da empresa. A rede de supermercados Pão de Açúcar, por exemplo, investiu durante dois anos, até 2008, cerca de R\$ 5 milhões no desenvolvimento e implantação de um projeto de rastreabilidade dos produtos *in natura* de sua cadeia de lojas.

Os produtos que possuem esse tipo de tecnologia também apresentam a tendência de serem mais caros que os tradicionais. "Da mesma forma que no início, os produtos orgânicos apresentavam um custo diferenciado em relação ao produto convencional, hoje, muitos produtos

orgânicos têm preços muito competitivos quando comparados com o preço dos produtos convencionais. O mesmo vai acontecer com o produto rastreado", acredita Ekschmidt.

Apesar do preço mais alto, Francisco Gelinski, professor do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), especializado em economia agrícola, entende que quem mais ganha com a rastreabilidade é o próprio consumidor, já que a preocupação com a questão da segurança dos alimentos é uma tendência que cresce desde a década de 90. "A polêmica quanto ao mal da vaca louca, o aumento da preocupação com o meio ambiente e até com a questão do bem-estar animal fez com que a sociedade ficasse mais apreensiva com a segurança alimentar", explica.

Essa preocupação recai, princi-

palmente, sobre alimentos *in natura*, que são consumidos em seu estado natural, como frutas, vegetais e leites e derivados. Por estragarem mais rápido que outros tipos de alimento, esses produtos possuem um risco maior de expor o consumidor a contaminações.

A Cooperativa Aurora está implementando a rastreabilidade em toda sua cadeia de laticínios e também na suinocultura e avicultura, mas não há previsão de quando a parte industrial - de impressão dos códigos nas embalagens - será finalizada. No final de abril, um incêndio destruiu parte da fábrica da Aurora de Pinhalzinho, no oeste do estado. Equipamentos do setor de queijos, requeijão e manteiga foram perdidos, o que deu um prejuízo de R\$ 50 milhões à empresa.

Camila Augusto

## Demandas do mercado externo incentivam uso do serviço

A preocupação com o mercado externo é um dos principais motivos que impulsionam empresas de alimento a adotarem a rastreabilidade em suas cadeias de produção. Fábio Zanuzzi, coordenador da área de Agronegócios do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina (Sebrae-SC) acredita que a tecnologia logo será exigência para a exportação de todos os produtos.

A União Européia (UE) impõe, desde 2002, que toda carne exportada para países da comunidade possua um sistema de identificação e registro de animais. O bloco econômico dá multas para quem não produz segundo as normas da Organização Internacional

de Padronização (ISO).

A legislação da União Européia obriga também que todos os alimentos, *in natura* e processados, vendidos ao consumidor, sejam rastreados. Esse aspecto reforça a necessidade de investimentos na tecnologia de rastreamento no país. Rosa explica que é preciso pagar mais para ampliar a oferta de produtos nessas condições.

No mesmo ano em que a UE impôs essas exigências, o ex-senador Carlos Patrocínio (PTB-TO) apresentou um projeto de lei para tornar obrigatória a disponibilização de dados sobre a origem dos alimentos nos rótulos das embalagens, mas o projeto foi arquivado. "É simplesmente o modo

correto de oferecer ao consumidor as informações relevantes antes que se concretize o ato de aquisição de determinado produto", defendeu Patrocínio na época.

## Problemas com a UE

Recentemente, o Brasil enfrentou problemas com seu Serviço de Rastreabilidade da Cadeia Produtiva de Bovinos e Bubalinos (Sisbov). No início do ano, houve um desacordo com a União Européia quanto ao número de fazendas certificadas. Enquanto inspetores da UE autorizaram apenas 300, o Brasil apresentou uma lista com 2.600 fazendas. A partir disso, o bloco passou a questionar as garan-

tias de qualidade do Sisbov e, no dia 1º de fevereiro, embargou a importação de carne do país.

Para tentar reverter essa situação, o Projeto de Lei 3514/08, que altera as normas para a rastreabilidade de bovinos e búfalos, está aguardando análise do Senado Federal. O PL foi aprovado no último dia 24 de junho na Câmara dos Deputados. As mudanças foram definidas por uma Subcomissão Especial criada em março desse ano.

Caso seja aprovado, produtores terão até 2 anos para se adaptarem à lei. A rastreabilidade será feita pela marca no animal - a fogo ou em tatuagens, através da guia de trânsito (documento obrigatório que acompanha a

movimentação do animais), pelo atestado de vacinação e pelo registro nos serviços de inspeção. As novas regras tiram a exigência de que o serviço seja feito por certificadoras, empresas privadas autorizadas pelo governo.

Segundo informações do jornal *O Estado de São Paulo* do dia 11 de julho, o Ministério da Agricultura vai investir, também, R\$ 1 milhão em um sistema de rastreabilidade eletrônica de gado no Pará. Em junho, as três maiores redes de supermercado do país suspenderam a compra de produtos bovinos de 11 frigoríficos do Pará que não davam garantia de que a carne não provinha de áreas desmatadas. (CA)

# Anvisa muda anúncios de remédios

Regulamentação entrou em vigor em junho e proíbe uso de palavras como "saboroso" nas publicidades

A Resolução da Diretoria Colegiada (RDC 96/2008) da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) determina novas regras para a propaganda de medicamentos no país, alterando as normas vigentes desde 2000. A RDC foi aprovada em 2008, mas as empresas farmacêuticas tiveram seis meses para se adaptar ao novo modelo. Passam a ser controlados pela Anvisa os comerciais de medicamentos manipulados, a distribuição de amostras grátis e propaganda em eventos científicos. A partir de agora, são mais rígidos os pré-requisitos para a publicidade.

Com a vigência da nova RDC, todas as vezes que palavras como "seguro", "eficaz" ou "qualidade" forem empregadas no comercial, devem ser seguidas por dados de pesquisas científicas que comprovem a afirmação, e a fonte deve estar disponível aos consumidores através do Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC). Termos que remetam a prazer no consumo do medicamento, como "saboroso", ou induzam ação, como "tome" ou "prove", não poderão ser mais usados.

Desde 2002, a Anvisa faz análise das publicidades de produtos sujeitos à Vigilância Sanitária através do Projeto de Monitoração de Propaganda e Publicidade de Medicamentos. A ação é realizada em parceria com 24 instituições de ensino superior brasileiras, dentre elas a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). O material é coletado e analisado, e os resultados são enviados à Agência.

O último relatório de irregularidades publicado pela Anvisa é de 2005. Das peças publicitárias analisadas naquele ano, apenas 12,1% não apresentaram problemas. Os principais erros apontados na pesquisa foram a ausência de alertas obrigatórios e informações sobre contra-indicações, além da falta do registro do medicamento junto à Vigilância Sanitária. Em 2007, foram aplicados mais de seis milhões de reais em multas contra empresas que não cumpriram os requisitos em suas propagandas. Os autos de infração lavrados, desde 2004 até 2008, para propagandas com irregularidade sanitária somam 3.353.

## Fiscalização prévia

O advogado Tiago Teixeira alerta que o modelo atual de fiscalização apresenta problemas. "Enquanto temos índices alarmantes de intoxicação por medicamentos, o controle sobre a publicidade é feito apenas

posteriormente. As multas só são aplicadas anos depois, quando a publicidade já fez todo o efeito, e já cessou sua divulgação", explica. Teixeira participou de estudo sobre como a fiscalização ocorre em outros países, em que se constatou que na França, Espanha e Suíça, por exemplo, as peças publicitárias passam por uma avaliação dos órgãos de saúde, antes de serem liberadas. "Devemos transcender para este modelo de fiscalização prévia, como ocorre nos pedidos de licença ambiental para obras", exemplifica.

Fiscalização sobre a publicidade de medicamentos é prevista na constituição de 1988, no artigo 220: "A propaganda comercial de tabaco, bebidas alcoólicas, agrotóxicos, medicamentos e terapias estará sujeita a restrições legais". O regime de autorização prévia já existe, e está regulamentado na Lei 2.018, porém é aplicado apenas às empresas farmacêuticas que infringiram posteriormente algum dos incisos do decreto.

## Riscos à saúde

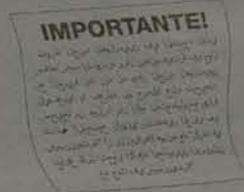
Em 2008, o mal uso de medicamentos foi a segunda principal causa de intoxicações no estado, com 2.618 casos registrados, perdendo apenas para acidentes com animais peçonhentos, de acordo com dados do Centro de Informações Toxicológicas de Santa Catarina (CIT/SC). No Brasil, os remédios respondem por 16% dos óbitos por envenenamento. Calmantes, anti-gripais, antidepressivos e anti-inflamatórios são as principais classes de medicamentos responsáveis pelas intoxicações, segundo estatísticas da Anvisa.

"Todos os remédios são substâncias que terão efeito sobre o organismo, mesmo os vendidos sem necessidade de prescrição", alerta Célia Maria Teixeira de Campos, coordenadora na UFSC do projeto de Monitoração de Propaganda e Publicidade de Medicamentos. A professora do departamento de Farmácia da universidade se opõe à veiculação de publicidade de remédios, e aponta a influência negativa de muitos comerciais sobre o consumo consciente dos produtos. "A propaganda mostra indivíduos com saúde e felizes porque usam um medicamento, ao invés de terem hábitos saudáveis para atingir este estado. Como se existissem soluções milagrosas para os problemas da pessoa."

Diego Kerber

Medicamentos são produtos voltados para a saúde do consumidor, e só alcançam este efeito se utilizados de forma adequada. Muitos comerciais tratam o remédio como uma mercadoria qualquer, em que a lógica é vender. Cuidado com os truques que induzem à compra de drogas sem necessidade.

## Com ele você fica bom!



### Falta de informações

Propagandas devem exibir indicações e contra-indicações, mas, em 20% das publicidades, isto não é discriminado. É obrigatória também a presença do nome do princípio ativo.

### Estímulo a maus hábitos

O comercial induz o espectador a acreditar que pode ser saudável através de medicamentos, no lugar de manter hábitos saudáveis. Ao invés de comer com moderação, consumir um medicamento que reduza os efeitos da má digestão.



### Garoto-propaganda

A presença de uma pessoa notória no comercial leva o espectador a atribuir suas qualidades às pessoas que usam o produto.

### 100% natural

Frases como "sem contra indicações" fazem o consumidor acreditar que o produto não causa nenhum malefício. Não há nenhuma substância sem efeitos colaterais.



Arte: Felipe Schneider  
Fonte: Anvisa

## Debate sobre controle prévio é mundial

A polêmica sobre o controle da publicidade de medicamentos segue tendência internacional. Há duas principais correntes, uma que defende maior liberdade das empresas farmacêuticas, delegando a elas a responsabilidade sobre as propagandas, e outra favorável ao controle prévio do Estado sobre todas as peças publicitárias.

Na Espanha, a autorização prévia é concedida pelo Ministério de Saúde e Consumo. É necessário encaminhar diversos documentos à instituição para requerer a autorização. As informações incluem nome do laboratório e do medicamento, o registro e a permissão de comercialização, o veículo em que será divulgada a propaganda, todos os vídeos e imagens da campanha publicitária e dados do serviço científico. Este serviço é obrigatório a todos os laboratórios espanhóis, e tem como função fornecer orientações so-

bre os produtos que cada um comercializa. Não há punições específicas para transgressões na publicidade, as sanções variam de três mil a mais de seis mil euros, de acordo com o tipo da infração - que pode ser considerada leve, grave ou gravíssima.

A França também segue o modelo de autorização prévia, e para campanhas em vídeos é preciso obter uma autorização antes da produção e outra até dez dias antes da veiculação do comercial. Assim como na Espanha e no Brasil, somente medicamentos sem necessidade de prescrição médica podem ter comerciais publicados. Anúncios de medicamento sem o visto exigido são tirados do ar e o laboratório recebe multa - inferior a dez mil euros. No caso de publicidade enganosa ou que põe em risco a saúde pública, a punição é de dois anos de prisão e trinta mil euros de multa.

Na Austrália, o regime de autorização prévia prevê exceções. Publicidade que apresente apenas o nome do produto, o preço e o ponto de venda pode ser veiculada sem necessidade da aprovação, assim como propagandas na internet. O pedido de autorização é cedido automaticamente quando não houver resposta do órgão responsável em 60 dias.

As propagandas de medicamentos canadenses não necessitam de autorização, pois a legislação parte do pressuposto que peças publicitárias adequadas são uma questão ética, e não legal. As normas apoiam a iniciativa dos laboratórios para que realizem a análise da qualidade das propagandas. Os laboratórios se organizam em associações que verificam se a publicidade está obedecendo as leis, e cedem uma espécie de selo de qualidade obtido sem a obrigatoriedade. (D. K.)

# Falta de lugares incentiva improviso

Mesmo com problemas de espaço e vizinhança, festas independentes se multiplicam em Florianópolis

L. Henrique/Divulgação

Xadrez, listras, *all-star*, bota de caubói bico fino, lenço marroquino, cabelo descolorido, jaqueta de couro, calça *skinny* azul céu, regata branca, alargador, camiseta de banda de *heavy metal* dos anos 80, cabelo repicado, maquiagem pesada, *spikes*, ombreiras, chapéu panamá, *legging* rosa-choque. No universo estético da noite alternativa de Florianópolis, todos esses elementos ainda dizem muito pouco, tamanha a diversidade e mistura que o público tomou.

Festas independentes de *electro*, *techno*, *house*, *drum'n'bass*, *trash*, anos 80, rock, disco-funk e até mesmo as que revisitam o circuito comercial coexistem e, muitas vezes, são feitas pelos mesmos produtores. Pela falta de casas específicas para receber festas na cidade, acabam dividindo, além do público, também os mesmos espaços. A carência de locação, que força o improviso em locais sem estrutura, influência na relação delicada com os vizinhos e a Polícia Civil. Apesar de atenuadas, essas ainda são as principais dificuldades na realização de baladas alternativas na capital.

## Não tem lugar

Do lado de dentro do balcão da "uisqueria" Fênix, há um interruptor que passa despercebido pelos clientes. No decorrer da festa, enquanto atende às pessoas que se agrupam em fila para pegar um drinque, o caixa aperta o interruptor à primeira reclamação da vizinhança, que aciona uma luz ao lado do disquete-jôquei (DJ). Ele então abaixa o som, para que a festa possa continuar.

Estamos na Pelvis Shaker, festa de indie rock e música eletrônica, ano de 2008. O processo descrito acima é emblemático para a noite alternativa em Florianópolis: "uisqueria", nesse contexto, é sinônimo de prostíbulo. A "Pelvis", produzida pelos DJs Dão, Ale e Calvin 13, começou em uma sorveteria que abria para eventos à noite, em 2005. A periodicidade era semanal – todas as quintas. Em 2006, passou a funcionar em uma casa gay, o Galileu, que atualmente é um depósito do Partido do Movimento Democrático Brasileiro. Hoje acontece raramente, sem periodicidade nem lugar fixo.

Assim como a Pelvis Shaker, a Devassa também não possui local estabelecido, e mesmo assim tornou-se a maior festa alternativa de música eletrônica em Floripa. Já teve espaço em várias casas noturnas



A festa Devassa, iniciada há cinco anos, traz em sua produção cultural a proposta de convidar DJs ou grupos de música eletrônica para se apresentarem fora do circuito comercial de Florianópolis

diferentes da cidade, além de lugares menos convencionais, como o Late Casablanca. Estima-se que a festa, que não possui periodicidade definida nem local fixo, não receba menos de 500 pessoas desde 2007, já tendo chegado a 700 em algumas edições. Quando começou, há seis anos, não contava com mais de 250. Tiago Franco, o produtor da festa, resume seu público: "É um pessoal super animado, independente e que curte sair à noite. Por ser bastante diversificado, as pessoas pensam que é underground e GLS".

A mistura de público é grande. Gays e heteros, roqueiros e ravers, todos convivem juntos. O lado bom do universo heterogêneo criado tem um porém: a falta de unidade dificulta a consolidação da cena alternativa. "Acharmos espaços em algumas casas que abrem e não conseguem o público que desejam. Para não fechar, eles acabam nos aceitando", conta o produtor Paulo Vasilescu, que também virou referência na noite alternativa de Floripa, em festas-performances semanais no bar de jazz Blues Velvet, no centro, através de sua personagem Zuleika Zimbábue. "A vizinhança não nos vê bem, temos muitos problemas com barulho". O Blues Velvet, de acordo com seu alvará de funcionamento, fecha às 2h nos dias de semana e às 3h nas sextas e sábados. Alguns vizinhos costumam arremessar laranjas dos prédios, atingindo aqueles que se aglomeram na saída do bar.

Franco, contudo, avalia que os problemas de locação são normais, e acontecem pela falta de opções na cidade. "Faz parte do meu trabalho procurar lugares para

as festas. A maior dificuldade é conseguir patrocínio: a cidade carece de incentivo cultural". Mas o produtor critica o poder público e o próprio imaginário da cidade, que ainda não consegue ver a noite como mercado de consumo. "Falta perceber que uma festa, mais do que entretenimento, é um produto cultural, com conceito definido e pesquisa musical", defende. Além da Devassa, Tiago produz outras duas festas: a Rocket (rock) e a Rave Metal (*trash*) – esta última teve sua penúltima edição, em dois de abril no Café dos Araçás, Lagoa da Conceição. A casa foi fechada pela polícia às 2h da manhã. O alvará do local, emitido pela prefeitura, não permitia que a festa se estendesse por mais tempo. O estabelecimento encerrou suas atividades pouco tempo depois.

Outros produtores que vem se destacando na cena alternativa são Angelina Capella e Isaac Varzim, que possuem uma festa periódica em lugar fixo – a Plastique, no Jivago Lounge às quintas-feiras. O evento surgiu no ano passado, e atrai uma média de 200 pessoas cada – a lista de entrada da Plastique no último feriado de Páscoa já contava com mais de 400 pessoas. Angelina avalia que, com o crescimento do nicho, as casas ficaram mais acessíveis para festas regulares. "O preconceito está mais morno. Antes, alguns administradores ficavam com medo de vandalização; era um público estranho a elas. Agora, ele está sendo mais aceito", conta.

Gustavo Bonfiglioli, com reportagem de Daiana Meller e Paula Reverbel

## Música eletrônica segue o embalo do crescimento da noite alternativa

Paralelo ao aumento na quantidade de opções de festas alternativas em Floripa, há uma ascensão também na produção local de música eletrônica, que ganhou corpo nos últimos três anos com o surgimento quase concomitante, em 2006, dos duos de electro Discobot, Mottorama e Superpose, cristalizado pelo recente lançamento da coletânea *Subtropics*, em janeiro deste ano. Na compilação, cada projeto disponibiliza uma faixa original, e os outros dois a remixam. "As três bandas fizeram com que, não só Florianópolis, mas todo o sul do país ganhasse mais visibilidade", contam os integrantes do Superpose, o casal Paula e Isaac Varzim. Em abril, a dupla também lançou o EP *Aurora*, pela rede social de microblogs *Twitter*.

Os projetos possuem várias diferenças entre si, mas compartilham a influência do *electrorock*, muito explorado nos últimos 10 anos. Esta denominação foi dada aos intérpretes que promoveram o encontro dos sintetizadores pesados do electro com riffs e batidas do rock, dando uma roupagem eletrônica pulsante aos principais elementos roqueiros, punk, pós-punk e indie dos anos 80 e 90. Essa vertente também está relacionada com a tendência atual do maximalismo na música eletrônica, que pressupõe um som pesado e

altamente vibrante, 'poluído' por um grande número de camadas sonoras.

Foi natural e previsível uma relação compensativa dos grupos com as festas alternativas da cidade: as primeiras apresentações dos integrantes foram na Devassa, festa que inclusive frequentavam antes da idealização dos projetos (e que já recebeu grandes referências do electro nacional, como Cansei de Ser Sexy e Digitaria). "Todo mundo que é DJ é promotor também", conta Isaac Varzim, já citado neste texto: além de produtor da Plastique, também integra o Superpose. Ale Franco, um dos DJs que produzem a Pelvis Shaker, é músico do Mottorama.

Para Franco, poder misturar DJs de fora agrega valor cultural à festa: "Levar sempre o pessoal da região faz o evento ficar repetitivo". A última edição da Devassa que ocorreu no dia dez de julho, teve a presença do fenômeno indie brasileiro Bonde do Rolê, que mistura as batidas do funk carioca ao *electrorock*. Já a edição de vinte de março, além de contar com Mottorama e Discobot, trouxe também os projetos Database e Killer on The Dancefloor, duas das principais atrações da festa Crew de São Paulo, que agrega vários DJ e produtores de *electro*, *house*, *disco-punk*, *maximal* e *ghetto-tech* da capital paulista. (G.B.)

# Cresce número de documentários

Apesar de mais filmes de não-ficção, o aumento das produções e bilheteria caminham em direções opostas

Os documentários estão ganhando espaço nos cinemas do Brasil. De acordo com dados da FilmeB - empresa especializada em números do mercado cinematográfico - em dez anos, o número de documentários brasileiros que estrearam nas salas de exibição passou de dois para 28. Em 2009, 45 documentários estão prontos e ainda há quatro em processo de finalização e outros quatro estão sendo filmados. O 13º Florianópolis Audiovisual Mercosul, que ocorreu de 5 a 12 de junho na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), acompanhou essa tendência e exibiu 45 filmes documentais, 13 a mais do que o número da edição do ano anterior.

"O documentário teve um avanço ainda mais significativo, devido a uma vontade do povo brasileiro de se conhecer mais. O gênero propicia um espelho do Brasil", aponta o cineasta catarinense Zeca Pires, que já produziu três filmes de ficção e cinco documentários.

Ainda assim, o público é muito menor em relação aos dos longas de ficção. Segundo dados da FilmeB, o número de espectadores de produções brasileiras aumentou consideravelmente do ano passado para cá: 8.949.658 entre janeiro e junho, contra 3.349.237 durante o mesmo período do ano passado. A média dos documentários, porém, gira em torno dos 20 mil. Entre os vinte filmes nacionais mais assistidos entre 1999 e 2009, não há nenhum documentário.

"Ainda é um tipo de filme com público menor. As pessoas não querem pagar para assistir documentários", explica a professora do curso de Cinema da UFSC, e pesquisadora do gênero, Cláudia Mesquita. Além disso, nem todos os filmes produzidos conseguem uma distribuidora.

No caso de Santa Catarina, ainda há o problema da falta de estatísticas. Sofia Mafalda, presidente da Cinemateca Catarinense, afirma que sete documentários produzidos com recursos dos editais, são lançados por ano no estado, mas não existem dados mais detalhados. E menos ainda quanto às produções independentes. "O ideal seria que todo mundo que fizesse um filme viesse aqui e deixasse uma cópia e a ficha técnica, mas isso não acontece", lamenta. Na tentativa de contornar o problema, a cinemateca começou a realizar um censo em junho, com recursos do Fundo Municipal de Cinema (Funcine), através da distribuição de formulários entre os produtores. A previsão é que até dezembro as estatísticas sobre a produção cinematográfica no estado estejam prontas, ao menos os números referentes a 2009.

## Tecnologia

Como principais estímulos para o aumento da produção de documentá-

rios, Cláudia Mesquita aponta os editais, as políticas de incentivo (ver box), os prêmios e as parcerias com redes de televisão, bem como as facilidades da tecnologia com as câmeras digitais.

"Hoje em dia, todo mundo pode fazer imagens, em qualquer lugar. É isso que permite que um cara como eu faça documentários", conta Ademir Damasco, produtor catarinense independente. Com uma equipe formada somente por ele, pelo filho e por equipamentos que se resumem a uma câmera digital e computador para a edição, o documentarista produziu quatro documentários de média-metragem e três curtas em quatro anos. *Farinhada*, que Ademir filmou para discutir os engenhos de farinha na cidade, foi exibido no FAM 2009. A produção contou com captação de recursos através de leis de incentivo. "A vantagem é que se faz um filme melhor, mais trabalhado. A verba ajuda na divulgação também, pois posso mandar fazer folders, banners e camisetas. Tempo é dinheiro e cinema é caro", conclui. O projeto conseguiu captar, via leis de incentivo, R\$ 68 mil.

Para Zeca Pires, o cinema digital barateia a produção. "Hoje, não faz mais sentido produzir documentário em película, é caro e não dá retorno." A Cinemateca Catarinense e o Fundo Municipal de Cinema (Funcine) alugam equipamentos para produtores. A diária de uma câmera para filmar em película de 35 mm pode chegar a R\$ 1.950, sendo que uma câmera amadora digital pode ser comprada por esse preço.

Como ponto negativo, os filmes digitais não podem ser exibidos nas salas de cinema convencionais, que trabalham exclusivamente com películas. Uma

alternativa é fazer o *transfer*, processo no qual a filmagem digital é convertida para película. Mas essa opção também é cara: mil reais o minuto. Para piorar o quadro, só existem empresas habilitadas a realizar esse tipo de serviço em São Paulo e no Rio de Janeiro.

Apesar da verba arrecadada por meio dos editais e da venda dos documentários produzidos para a TV, o retorno não é significativo. Todo o dinheiro é usado na produção e divulgação dos filmes e a exibição é restrita, já que as grandes salas de cinema dão prioridade aos filmes das distribuidoras mais expressivas e as redes de televisão exigem produções padronizadas.

Quando filmados em formato digital, filmes documentais acabam atraindo um público ainda menor, restrito às salas digitais, aos cineclubes e os festivais. De acordo com a Agência Nacional de Cinema (Ancine), das 2.095 salas espalhadas pelo Brasil, somente 127 são digitais. Quanto aos cineclubes, o Conselho Nacional de Cineclubes (CNC), mapeou até o momento 327, dos quais oito estão em Santa Catarina - todos em Florianópolis.

Damasco acrescenta: "Eu até posso passar meus filmes nas redes de TV fechadas, mas normalmente elas não querem pagar". Para ele, o retorno vem na venda de DVDs, a R\$ 20 cada, e na visibilidade que a cultura de Florianópolis ganha através dos seus filmes. "Com o documentário, eu posso mostrar para muita gente quando saio por aí divulgando e exibindo em escolas municipais, favelas e até em botecos. Perco mais do que ganho, mas é assim mesmo."

Risa Stoider

## Legislação

### As leis de incentivo à cultura

Empresas ou pessoas físicas podem abater o valor investido em apoio a projetos culturais de impostos pagos ao governo. Cada lei especifica uma porcentagem limite que pode ser investida em relação ao imposto devido.

Lei nº 8.685/93: Lei do audiovisual - Estabelece um limite no valor de 3% do imposto de renda para pessoas jurídicas e 5% para pessoas físicas. É restritiva por permitir o apoio somente a obras cinematográficas realizadas em película.

Lei nº 8.313/91: Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei Rouanet) - É mais abrangente que a lei do audiovisual, pois atende não só à produção cinematográfica, como também artes cênicas, literatura, música erudita ou instrumental, exposições de artes plásticas e doações de acervos para bibliotecas e museus. Empresas ou pessoas físicas que investem através dessa lei, podem obter até 100% de abatimento do imposto de renda.

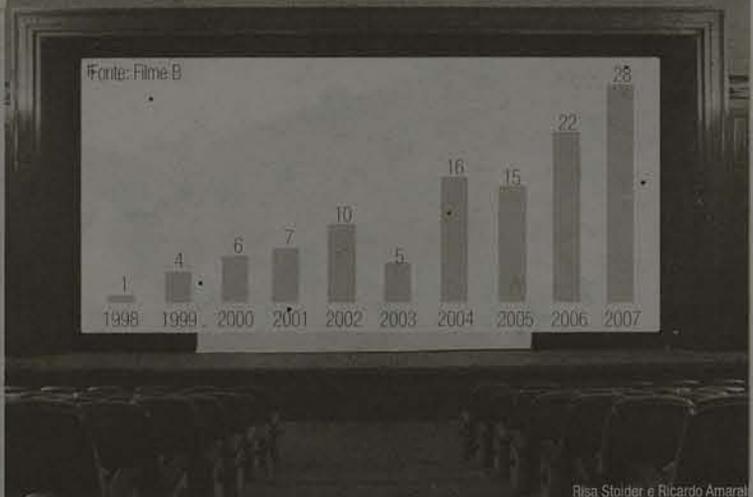
Lei 10.929/98 - Sistema estadual de incentivo à cultura - Permite que os contribuintes do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação que aplicarem recursos financeiros em projetos culturais aprovados pela Fundação Catarinense de Cultura utilizem crédito para dedução de valores devidos ao Estado, em um limite fixado em 5% do saldo devedor a cada mês.

Lei nº 3.859/92 - Lei municipal de incentivo à cultura - A Prefeitura Municipal de Florianópolis permite que entre 1 e 2,5% de sua arrecadação seja destinada ao apoio de projetos culturais, através de renúncia fiscal. Podem contribuir pessoas físicas ou jurídicas e o limite é de até 20% do Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza (ISS) ou Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU).

## Na telona

### Documentários brasileiros no cinema

A partir de 1998, o número de documentários nacionais lançados nos cinemas do Brasil passou a crescer exponencialmente. De 2000 a 2005, por duas vezes filmes não-ficcionais ficaram entre as dez maiores bilheterias brasileiras: *Nos que aqui estamos por nós esperamos*, em 1999; e *A janela da alma* e *Surf aventuras* em 2002.



Risa Stoider e Ricardo Amaral

## Edital Cinemateca Catarinense é instável desde sua fundação

Durante o Florianópolis Audiovisual Mercosul (FAM) deste ano, a Fundação Catarinense de Cultura (FCC), a Secretaria do Estado de Turismo, Cultura e Esporte e a Cinemateca Catarinense lançaram a edição 2009 do Edital Prêmio Cinemateca Catarinense. No mesmo evento, o curta *Ângelo, o Coveiro*, da produtora catarinense Vinil Filmes, contemplado pela edição de 2007, foi exibido no festival e venceu quatro prêmios. A primeira parte é paga assim que os vencedores são anunciados e o restante, na prestação de contas, na medida em que as filmagens são realizadas. Apesar do atraso no pagamento das edições anteriores, as equipes vencedoras de 2007 e 2008 vivem um momento estável.

*Ângelo, o Coveiro* foi produzido com R\$ 40 mil provenientes do Governo do Estado, através do edital. A equipe formada pelo diretor e protagonista Renato Turnes, formada por 40 pessoas, teve sorte. "Quando nós participamos, estava mais tranquilo. Quando prestamos contas, o dinheiro chegou", afirma o diretor. Ao contrário dos projetos contemplados em 2002 e 2005, os projetos vencedores de 2007 receberam suas parcelas em dia e conseguiram concretizar a produção dos filmes.

A primeira parte do edital de 2008 também foi paga em dia, em novembro do ano passado. Agora, ao prestar contas do que foi filmado, depende da equipe o recebimento do restante.

"A primeira parcela é paga a todos ao mesmo tempo, mas algumas equipes demoram mais para produzir do que outras. Alguns pagamentos acabam atrasando por causa na demora na prestação de contas", explica Ronaldo dos Anjos, representante da Fundação Catarinense de Cultura na Comissão de Organização e Acompanhamento do Edital.

As sequelas dos problemas enfrentados pelo edital de 2005, porém, continuam. O cineasta Zeca Pires, contemplado na categoria longa-metragem em 2002, recebeu R\$ 900 mil para a realização de *A Antropóloga*. A primeira parcela foi usada na etapa da pré-produção, que engloba a montagem da equipe técnica, elenco e cronograma, mas as filmagens não aconteceram porque o dinheiro que deveria ser pago em 2003, chegou só em 2007. Atualmente, ele tenta captar recursos através da Lei do Audiovisual - cerca de R\$ 250 mil para finalização, o equivalente ao que foi perdido na primeira etapa. "O pior prejuízo é para a credibilidade. Tenho que atrasar gravações, dar satisfações para toda a equipe e dispensar pessoas", lamenta.

Apesar dos problemas, o edital é o maior financiador do cinema catarinense - distribui R\$ 1,9 milhão entre os projetos selecionados. À versão 2009 já foi lançada, mas ainda não há previsão de abertura das inscrições e nem do pagamento da primeira parcela aos vencedores. (R.S.)

# Picadeiro ao ar livre

O CircUFSC não tem professor responsável nem quórum mínimo. Às segundas e quartas, um grupo de pessoas – em média, sete – se reúne no bosque da UFSC. A única pretensão é fazer circo. Na tarde de oito de julho, apareceu o Natan, o Lucas e o Diego

Gustavo Bonfiglioli com reportagem de Alexandre Lunelli  
Fotos: Alexandre Lunelli



O CircUFSC surgiu a partir da oficina de circo, realizada pelo Diretório Central de Estudantes (DCE) da UFSC, na CalourArte do primeiro semestre de 2009. Os participantes gostaram tanto da brincadeira que decidiram continuar. A iniciativa também inclui estudantes de outras universidades, como o Diego (nas fotos acima e abaixo), que faz Naturologia na Unisul



Lucas (foto à esquerda) faz Engenharia Mecânica na UFSC. Diz se interessar pelas práticas circenses por envolverem atividade física, arte e desafio. Já o estudante de Física, Natan (abaixo), também da UFSC, explica que foram os palhaços de rua que despertaram seu gosto pelo circo. "É um trabalho belo e desvalorizado. Em Florianópolis, os policiais militares recolhem os malabares de quem faz arte na rua", denuncia



ZERO